



Ecophysis Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO



ALTERAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Resumo Não Técnico

JUNHO 2022



ALTERAÇÃO DA 1.^a REVISÃO
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE VILA VELHA DE RÓDÃO**

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL
ESTRATÉGICA**

Resumo Não Técnico

Junho 2022

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Na capa: (1) Vista panorâmica sobre o Porto do Tejo, (2) Nora em Monte Fidalgo, (3) Imóveis com interesse na Foz do Cobreão, (4) Conjunto de casas de xisto em Vale do Homem, (5) Cruzeiro de Fratel, (6) Anta em Vilar de Boi, (7) Ponte rodoviária sobre o Tejo, em Vila Velha de Ródão, (8) Castelo do Rei Wamba, (9) Oliveira secular em Vila Velha de Ródão, (10) Portas de Ródão

Equipa Técnica responsável pela AAE da
Alteração da 1.^a Revisão do PDM

Maria Helena Nascimento (Engenheira
do Ambiente)
Filipa Dinis (Arquiteta Urbanista)
Ana Moura Silva (Engenheira do
Ambiente)

ÍNDICE DE TEXTO

1	INTRODUÇÃO	3
2	OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE	4
3	OBJETO DE AVALIAÇÃO – ALTERAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PDMVVR	8
4	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	18
5	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD	23
5.1	AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS	23
5.2	METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD	24
5.3	ANÁLISE DE TENDÊNCIAS.....	27
5.4	ANÁLISE DE EFEITOS, OPORTUNIDADES E RISCOS.....	35
5.5	MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES PARA SEGUIMENTO	45
5.5.1	Medidas e recomendações de planeamento	45
5.5.2	Medidas e recomendações de monitorização	46
5.6	QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO	57
6	CONCLUSÃO	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Faseamento de elaboração da Alteração da 1.ª Revisão do PDM e da AAE.....	8
Figura 2 – Localização da área de intervenção do PDMVVR	9
Figura 3 – Metodologia de Avaliação Estratégica por FCD.....	25

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 –Estratégica para o município	11
Quadro 2 – Descrição dos FCD	19
Quadro 3 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores por FCD	20
Quadro 4 - Análise SWOT da situação tendencial – Ordenamento e Gestão do Território.....	28
Quadro 5 - Análise SWOT da situação tendencial – Dinamização Socio Económica	30
Quadro 6 - Análise SWOT da situação tendencial – Proteção e Valorização Cultural e Paisagística....	31
Quadro 7 - Análise SWOT da situação tendencial – Proteção e Valorização Ambiental.....	32
Quadro 8 - Análise SWOT da situação tendencial – Riscos Naturais e Tecnológicos	34
Quadro 9 - Quadro Síntese das oportunidades e riscos	41
Quadro 10 - Recomendações para o programa de monitorização	47

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui um Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Ródão (PDMVVR), plano da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão. O RNT Visa produzir uma síntese dos conteúdos tratados na AAE, apoiando a sua divulgação generalizada. Neste sentido, encontra-se estruturado de forma a explicitar clara e objetivamente a análise efetuada e os resultados mais relevantes da avaliação. Para o total esclarecimento ou aprofundamento de qualquer matéria nele contida, sugere-se a consulta direta do Relatório Ambiental

A Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Rodão encontra-se sujeita a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica, em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) previsto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. A presente AAE baseia-se no Decreto de Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o qual “estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as diretivas n.ºs 2001/42/CE, do parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio”.

Em 2006, Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão, no âmbito da sua estratégia de desenvolvimento, entendeu desencadear o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, decorridos que estavam cerca de 12 anos desde a sua entrada em vigor (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/94, de 6 de Maio), por considerar necessária e urgente a supressão de um conjunto de lacunas e fragilidades de que este documento enfermava, bem como dotá-lo de condições que garantissem uma intervenção no território mais consentânea com a realidade atual, contribuindo assim para o agilizar da gestão urbanística do território concelhio.

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Rodão encontra-se em vigor deste 2015, no seguimento da publicação do Aviso n.º 13372/2015, de 16 de novembro, em data posterior à publicação do novo RJIGT, contudo foi aprovado ao abrigo do regime transitório previsto no n.º 2 do artigo 82.º da Lei de Bases, remetendo para um momento posterior a integração do seu normativo, em particular em matéria de classificação e qualificação do solo.

Assim, de acordo com as novas exigências legais, conforme previsto no art.º 199º do RJIGT, a CM de Vila Velha de Rodão tem a necessidade de proceder à alteração do PDM por adaptação ao POPNTI, ao RJIGT e ao PROFICI, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

As alterações a introduzir, no contexto da presente alteração prendem-se, fundamentalmente, com o facto do atual RJGT ter suprimido a desagregação da qualificação do solo urbano nas categorias operativas de solos urbanizados e solos urbanizáveis, tendo este último conceito sido extinto. Trata-se, pois, de uma alteração com carácter bastante específico, não se pretendendo alterar, no presente contexto, a estratégia de ordenamento do território.

Conclui-se, que na presente alteração do PDM, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão pretende assegurar os seguintes objetivos:

- Inclusão das normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativos dos particulares na área do Parque Natural do Tejo Internacional (por força da aplicação do disposto no artº 78º da Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento e do Urbanismo).
- Inclusão das regras de classificação e qualificação previstas no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, adiante designado como RJGT (aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio), de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 199º do mesmo regime.
- Compatibilização do PDM com o novo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, por força da aplicação do disposto no artigo 2º da Portaria nº 55/2019, de 11 de fevereiro.
- Resolução de situações pontuais de incompatibilidade decorrentes de falhas ou incorreções de avaliação constantes no plano em vigor, bem como pequenas adaptações de áreas urbanas e marginais a espaços urbanos, para satisfação de atuais pretensões do Município.

As alterações a introduzir ao PDM em vigor, por via da adequação ao RJGT implicam, no essencial, a alteração à planta de ordenamento e ao regulamento do plano e, em consequência, em todos os elementos onde conste a classificação e qualificação do solo, ou os limites do solo urbano.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE

O grande objetivo da AAE é estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente integrando princípios de sustentabilidade no processo de decisão a par do planeamento e gestão territorial, incorporando as preocupações ambientais, sociais, económicas, políticas e institucionais nas diversas fases da Alteração da 1.ª Revisão e implementação do PPDVVR.

Neste sentido a avaliação ambiental visa:

- Promover o esclarecimento dos objetivos do plano estabelecendo uma relação com os fatores ambientais;
- Identificar aspetos do plano que possam ser prejudiciais para o ambiente;
- Aumentar a sensibilidade do plano para as questões ambientais;

- Ajudar na escolha de políticas e estratégias considerando as suas possíveis consequências ambientais;
- Avaliar se são necessárias medidas com vista a prevenir, reduzir ou “deslocar” os efeitos ambientais adversos;
- Promover a participação pública no processo de planeamento, demonstrando que os efeitos ambientais foram tidos em conta no processo;
- Assegurar que todas as partes interessadas no processo possam intervir de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

A metodologia de elaboração da avaliação ambiental para a Alteração da 1.^a Revisão do PDMVVR, integra as seguintes fases principais:

1ª Fase – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental (fase anterior). Desta fase resultou a adaptação do Relatório de Definição de Âmbito (RDA), anteriormente desenvolvido para a Revisão do PDM, ao âmbito da Alteração do Plano. O RDA foi sujeito a apreciação das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) (nº 3 do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho). Esta fase decorreu no início dos trabalhos de Alteração da 1.^a Revisão do PDM.

2ª Fase - Análise, Avaliação e preparação do Relatório Ambiental. Esta fase deverá compreender a utilização de cenários de futuro, possíveis de desenvolvimento, a consideração de opções e alternativas para atingir os objetivos propostos, a definição de critérios de avaliação e seleção de indicadores que permitam avaliar cada Fator Crítico para a Decisão (FCD), a avaliação e comparação de opções que permitam escolhas, a avaliação de oportunidades e riscos, bem como a avaliação de pontos fortes e fracos e a proposta de diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação. Esta fase decorre em simultâneo com a elaboração da Proposta de Alteração da 1.^a Revisão do PDMVVR.

Os cenários de futuro, possíveis de desenvolvimento, que irão ter um papel central na identificação e avaliação das questões estratégicas, que se propõe utilizar são os seguintes:

- Cenário 1: Avaliação da situação atual na área do PDMVVR, onde se procederá a uma breve caracterização ambiental da situação existente, e à avaliação das tendências evolutivas expectáveis caso não se implemente a alteração da 1.^a Revisão do PDMVVR;
- Cenário 2: Avaliação das tendências evolutivas expectáveis decorrentes da implementação da alteração da 1.^a Revisão do PDMVVR, considerando as diferentes opções e alternativas de planeamento e ocupação do solo.

Desta segunda fase, que contempla as etapas apresentadas de seguida, resulta um Relatório Ambiental, onde se integra a síntese da análise e avaliação das oportunidades e riscos, efetuada para todos os FCD e onde são estabelecidas as diretrizes, de planeamento e gestão e de monitorização.

É assim desenvolvido um programa de monitorização (seguimento), onde deverão constar diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação da Alteração da 1.ª Revisão de PDMVVR. Deverá ainda constar desta fase a definição das formas de acompanhamento público e envolvimento de entidades competentes e agentes interessados para acompanhar o processo de implementação da Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR.

Etapa 1 – Elaboração do Relatório Ambiental Preliminar

O RA constitui o documento síntese de todo o processo de AAE para a Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR e deverá identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação deste Plano, bem como as alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Na elaboração do RA preliminar foram considerados os comentários/observações pertinentes para o desenvolvimento do Plano, formulados pelas ERAE consultadas na Fase 1 da AAE.

Os conteúdos e a metodologia a seguir para a elaboração do Relatório Ambiental terão em consideração o disposto no DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. O procedimento de aprovação do Relatório Ambiental seguirá, todavia, o regime procedimental decorrente dos artigos 78.º e 83.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Etapa 2 – Consulta de Entidades e Consulta Pública

Antes da aprovação da Alteração da 1.ª Revisão do PDM e do respetivo Relatório Ambiental, foi promovida a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da Revisão do PDMVVR. Posteriormente deverá ser promovida a consulta pública.

Etapa 3 – Elaboração do Relatório Ambiental Final

O Relatório Ambiental final deverá ser elaborado após a conclusão da consulta pública e após a receção dos contributos das entidades. Este relatório consistirá numa versão revista do relatório ambiental preliminar, que incluirá os contributos recebidos, aquando da consulta pública e da consulta às entidades, desde que consideradas pertinentes.

3ª Fase – Elaboração da Declaração Ambiental. Após a aprovação para a Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, será elaborada uma Declaração Ambiental, da qual conste:

- A forma como as considerações ambientais do RA foi integrada no Plano;
- As observações apresentadas durante a consulta pública e os resultados da respetiva ponderação;
- As razões que levaram à aprovação da proposta de Alteração da 1.ª Revisão do Plano, em prol

de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;

- As medidas de controlo previstas.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, bem como às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, e disponibilizada ao público, para consulta.

4ª Fase – Seguimento. A fase de seguimento da AAE, prevista no art.º 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, corresponde à avaliação e controle dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da execução da Alteração da 1.ª Revisão do PDM, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos. Os resultados deverão constar dos relatórios de avaliação e controlo, a desenvolver e divulgar com periodicidade mínima anual.

Apresenta-se seguidamente o fluxograma de atividades e a articulação entre a Alteração da 1.ª Revisão do Plano e o procedimento de AAE, sendo esta 1.ª Fase um dos momentos mais decisivos para o efeito.

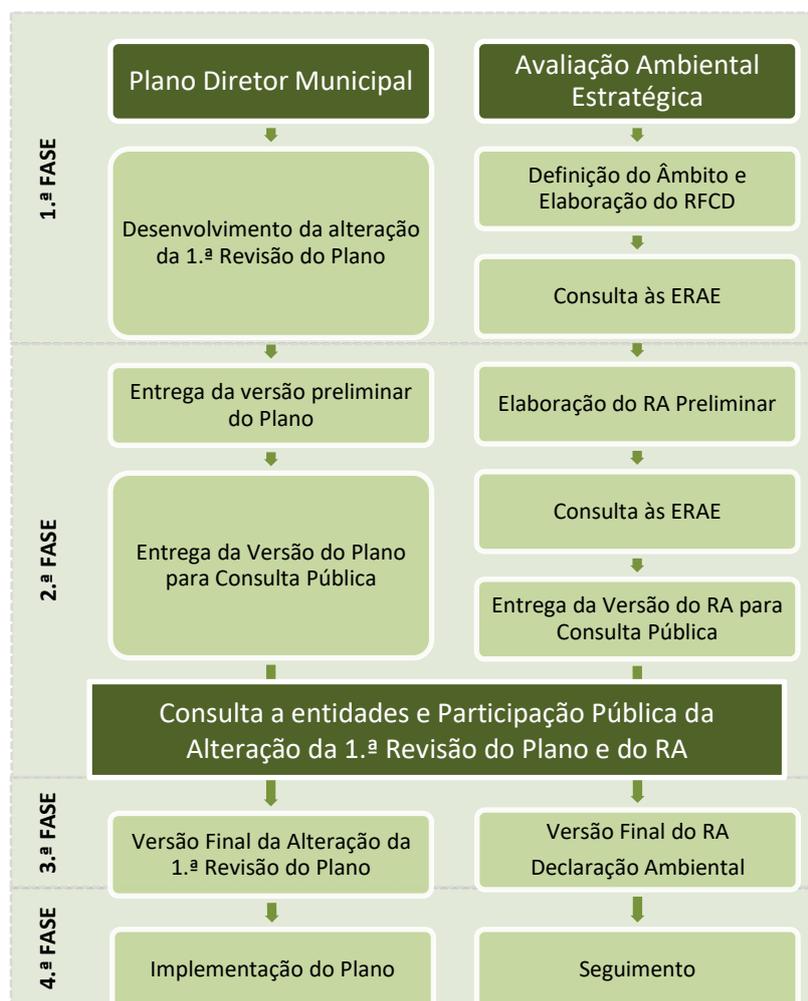


Figura 1 - Faseamento de elaboração da Alteração da 1.^a Revisão do PDM e da AAE

3 OBJETO DE AVALIAÇÃO – ALTERAÇÃO DA 1.^a REVISÃO DO PDMVVR

O concelho de Vila Velha de Ródão, pertencente ao distrito de Castelo Branco, confina com Espanha (Cedillo) a Leste; com o concelho de Nisa a Sul; com o de Mação a SSO; com o concelho de Proença-a-Nova a Oeste e com o concelho de Castelo Branco a Norte. Está incluído na NUT III Beira Baixa, juntamente com os concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Oleiros e Proença-a-Nova.

O âmbito territorial de intervenção do PDMVVR é de 330 km². De acordo com os Censos 2021, existiam 3285 habitantes, distribuídos por 4 freguesias (Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila velha de Ródão). Vila Velha de Ródão é um Concelho relativamente pequeno atendendo ao seu contexto regional,

representando apenas 7% da área total da Beira Baixa e 1,2 % da região Centro.

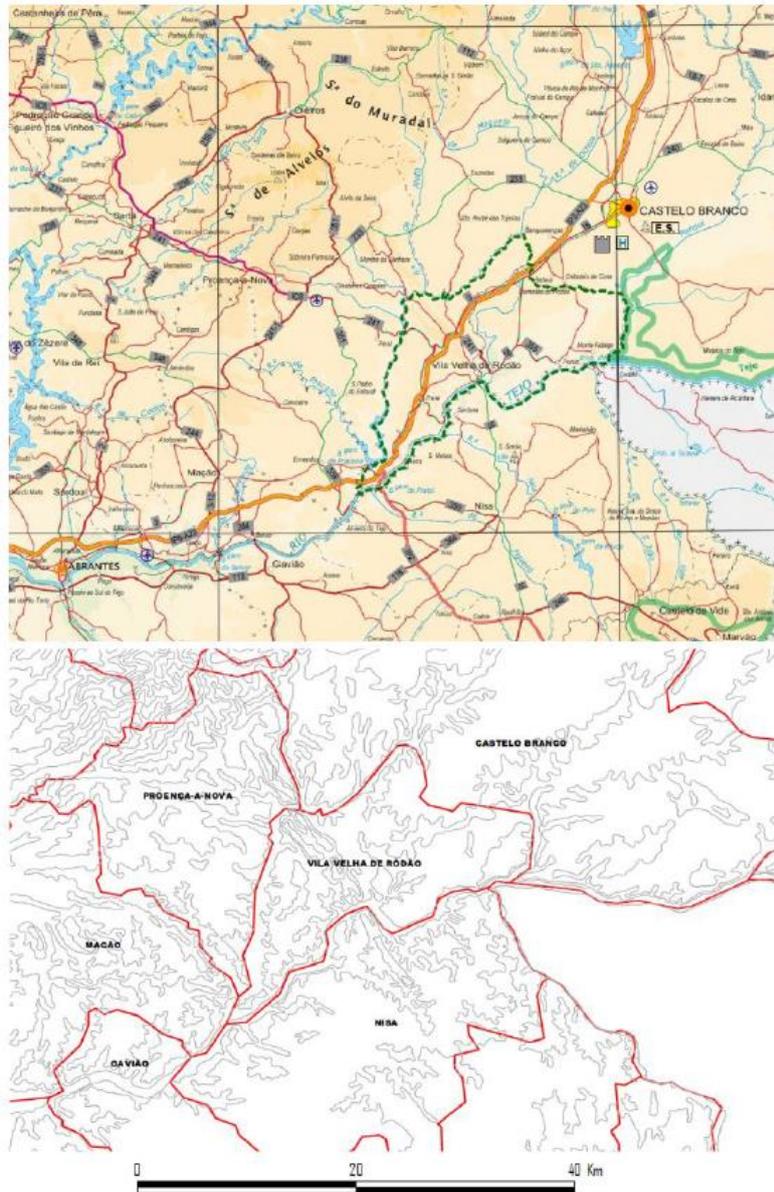


Figura 2 – Localização da área de intervenção do PDMVVR

O concelho apresenta limites físicos bastante precisos, fundamentalmente a nível hidrográfico – desenvolve-se na bacia do Tejo, entre o Tejo (limite sul) e os seus afluentes, o rio Ocreza (limite oeste-noroeste) e Rio Ponsul (limite Este), e possui fronteiras com os Concelhos de Castelo Branco, Proença-a-Nova, Mação e Nisa e ainda com a província espanhola da Estremadura.

Vila Velha de Ródão constitui um território de charneira, onde se faz a transição entre contextos regionais distintos – Norte alentejano, Pinhal Interior, Raia Beirã – beneficiando por isso de uma localização geográfica impar, incrementada pela proximidade a Castelo Branco (um dos principais pólos regionais),

e à fronteira com Espanha. Apesar da ocupação florestal ser dominante no contexto concelhio e regional, na paisagem de Vila Velha de Ródão verificam-se ainda reminiscências das áreas de montados presentes a sul do Tejo, decorrente deste posicionamento particular.

A estratégia de desenvolvimento local do município de Vila Velha de Ródão adotada na 1.^a Revisão do PDM, assentou estruturalmente num objetivo central (visão), ao qual correspondem Domínios Estratégicos de Intervenção (DEI), Eixos Estratégicos (EI) e Objetivos Estratégicos (OE).

Os domínios cobertos pelas orientações estratégicas desenhadas para o Concelho no âmbito da 1.^a revisão do PDM e para um horizonte de médio prazo (2025), foram:

- a demografia, atendendo à diminuta dimensão humana e às dificuldades em contrariar o envelhecimento e o despovoamento;
- a economia, sobretudo a partir do potencial dos recursos turísticos e de produtos regionais, a explorar de forma mais aprofundada e estruturada, mas também de outros recursos endógenos, nomeadamente o potencial agrícola, florestal e cinegético;
- a sociedade, já que é fundamental estimular e apoiar as organizações civis ligadas à cultura, recreio, desporto ou apoio social. Vila Velha de Ródão acolhe um conjunto de entidades que merecem ser apoiadas na sua atividade, orientada para melhorar o quadro de vida da população e que poderão fornecer ainda um contributo valioso para a rentabilização de equipamentos e ainda ser elementos interessantes a incluir nas práticas turísticas;
- a inovação, já que o domínio tecnológico, ambiental e das energias alternativas constituem uma clara urgência a ser incluídas em qualquer estratégia territorial se se quiser dar um salto qualitativo e diferenciador face a outros espaços;
- o ambiente, no sentido inequívoco da promoção de uma gestão ambiental sustentável dos recursos naturais existentes. Partindo dos valores naturais que o município encerra, é necessário promover a complementaridade entre as atividades económicas e a gestão sustentável dos mesmos, salvaguardando a sua preservação;
- as relações regionais, que poderão ser importantes alavancas no desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, através do aproveitamento das sinergias geradas entre os vários territórios.

Atendendo ao trabalho de diagnóstico e avaliação dos pontos fortes e fracos, à auscultação de agentes do desenvolvimento local e aos documentos estratégicos com incidência no território municipal, desenvolvidos no âmbito da 1.^a Revisão do PDM, traçaram-se as principais linhas de rumo capazes de cristalizar as respostas aos bloqueios e vantagens identificadas, mas também apontar para o futuro, definindo ideias que concretizem um desenvolvimento sustentável e de qualidade.

Os objetivos gerais identificados para a 1.^a Revisão do PDM, em primeiro lugar, no relatório de caracterização e diagnóstico, transpostos para o relatório da proposta e sintetizados no regulamento do plano, pretendiam enquadrar o exercício de definição do tipo de organização dos objetivos estratégicos,

assumindo-se, como base, a definição de uma visão central da estratégia de desenvolvimento local.

A partir dos objetivos gerais, houve que sistematizar o contexto das intenções inicialmente previstas, refletindo-se sobre o seu conteúdo e adequação à realidade presente (salienta-se que estes objetivos gerais foram identificados na primeira fase do processo de revisão, em 2011), pelo que o Município entendeu assumir esses objetivos como orientadores do trabalho de planeamento e definição de estratégias, propondo-se agora estruturar a sua Estratégia de Desenvolvimento em torno de 4 níveis, a saber:

- Visão;
- 3 Domínios Estratégicos de Intervenção (DEI);
- 5 Eixos Estratégicos (EI);
- 27 Objetivos Estratégicos (OE).

Quadro 1 –Estratégica para o município

Visão	Qualificar a trajectória de desenvolvimento do concelho de Vila Velha de Ródão, melhorando a qualidade de vida e a coesão social e promovendo o reforço da sua base de sustentação económica (recursos próprios e vocações específicas)				
Domínios estratégicos	Um concelho com identidade e história	Um concelho onde sabe bem viver	Um concelho com futuro		
Eixos estratégicos	Cultura, Património e Turismo Implementar estratégias de valorização e promoção do concelho, tendo por base o seu património e a sua cultura, melhorando a atratividade turística e desenvolvendo estruturas e serviços de apoio com qualidade (alojamento, gastronomia, logística e informação)	Ambiente e Proteção Civil Qualificar e valorizar o ambiente, promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais do concelho (em particular dos principais cursos de água e das suas áreas florestais), a proteção da diversidade paisagística e biofísica e a minimização de impactes associados a fatores de risco e de poluição.	Urbanismo Investir na requalificação urbanística e na regeneração habitacional, dando relevância aos núcleos antigos e sedes de freguesia.	Desporto Recreio e Lazer Criação/valorização de espaços e dinamização de iniciativas desportivas, de recreio e de lazer, que promovam o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes e o apoio à estrutura turística, em parceria com outras instituições e empresas.	Desenvolvimento Económico Apoiar a diversificação, modernização, qualificação e promoção das empresas concelhias e dos seus produtos e serviços, numa cultura de empreendedorismo, e, em simultâneo, contribuir para a criação de condições atrativas de fixação de novos investimentos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável do concelho.
Objetivos estratégicos	27 Objetivos Estratégicos				

A visão central da estratégia de desenvolvimento local em implementação no município de Vila Velha de Ródão, entendida como o objetivo global e modelo de intervenção a atingir no horizonte 2015/2025 na 1.ª Revisão do PDM, foi:

“Qualificar a trajetória de desenvolvimento do concelho de Vila Velha de Ródão, melhorando a qualidade de vida e a coesão social e promovendo o reforço da sua base de sustentação económica (recursos próprios e vocações específicas)”.

Os Domínios Estratégicos de Intervenção (DEI) procuram aglutinar três planos essenciais: o passado (e a melhor forma de preservar as suas manifestações e a herança cultural e identitária), o presente (na expectativa de serem garantidas as adequadas condições de bem-estar social) e o futuro (no sentido da vital dinamização da componente demográfica e da base económica). São eles:

- DEI 1 – Um concelho com identidade e história, cujo objetivo é o reforço das trajetórias identitárias, de coesão social e de afirmação territorial;
- DEI 2 – Um concelho onde sabe bem viver, cujo objetivo é a qualificação urbana, do meio ambiente e da Paisagem;
- DEI 3 – Um concelho com futuro, cujo objetivo é a dinamização sócio-económica, a elevação dos patamares de competitividade e diversificação da base de sustentação.

DEI 1 – Um concelho com identidade e história

A perda da memória, encarada esta como um património relevante do concelho de Vila Velha de Ródão, resulta no esquecimento de histórias que se constituíram, ao longo de gerações, como elos de pertença identitários às suas raízes. Urge, pois, desenvolver estratégias como as que se prendem com referenciar locais, registar a tradição oral, recriar a memória concretizando equipamentos que:

- i) potenciem a auto-estima dos residentes;
- ii) atraiam uma população sazonal, turistas, investigadores, alunos;
- iii) imponham a edificação de instalações/apoiios;
- iv) motivem a fixação de população capaz de desenvolver respostas aos visitantes.

Com este vetor pretende-se:

- i) Assumir e valorizar o lastro da história;
- ii) Identificar e explorar os fatores identitários;
- iii) Promover ações de valorização da imagem;
- iv) Incrementar uma cidadania ativa e participada;
- v) Criar mecanismos para projetar a autarquia e melhorar a informação inter-regional;
- vi) Criar condições de protagonismo cultural no concelho

Interessa igualmente afirmar o concelho como espaço de referência em termos de organização territorial, de qualidade urbanística e de valorização dos seus recursos naturais, segundo padrões exigentes de ordenamento e de qualidade ambiental, bem como, no contexto nacional, um centro mobilizador de ideias, de projetos, de decisões e de recursos para o investimento em iniciativas de âmbito inter-municipal

ou regional, potenciando um novo modelo e nova dinâmica de desenvolvimento local, assente no interesse supra-municipal.

DEI 2 – Um concelho onde sabe bem viver

Em qualquer território de cunho essencialmente rural, os interesses económicos com vista ao desenvolvimento regional relacionam-se, de forma permanente, com o aproveitamento dos recursos naturais e endógenos. Vila Velha de Ródão será um caso onde esta premissa se aplica por excelência.

A este respeito, e considerando a natureza do presente documento, interessa considerar três vertentes fundamentais de ação: o aproveitamento turístico-recreativo, principalmente das frentes ribeirinhas, a valorização do património natural associado às estruturas biofísicas, e a gestão racional da matriz agro-florestal, numa perspetiva de uso múltiplo.

Com vista a uma utilização sustentável do território é fundamental assumir a exploração dos recursos segundo duas óticas simultâneas. Se, por um lado, termos de respeitar as aptidões e limitações do meio natural, por outro lado terão de se adaptar as ações a empreender, de forma a não colocar em causa os recursos presentes, ou seja, desenvolver a exploração dos recursos de forma sustentada. Nesse sentido, as ações de planeamento e ordenamento são, além de obrigatoriedade legal, credoras de uma obrigatoriedade implícita a qualquer agente com responsabilidade na intervenção no território e no desenho do futuro e da qualidade de vida no mesmo.

Com este domínio pretende-se:

- i) Aprofundar e valorizar as frentes ribeirinhas;
- ii) Conservar e proteger a diversidade paisagística e biofísica;
- iii) Assumir a excelência em matéria de proteção ambiental e dos recursos naturais;
- iv) Procurar a coesão da rede urbana.

É necessário, então, implementar a atratividade do concelho como espaço de vivência de qualidade, de identidade multi-cultural e de participação ativa dos cidadãos na vida pública, na perspetiva de projeção duma inflexão da dinâmica demográfica e da sua capacidade de mobilização para o desenvolvimento e bem-estar do concelho.

DEI 3 – Um concelho com futuro

No que respeita à sustentação económica, o concelho de Vila Velha de Ródão revela algumas dificuldades, não apresentando grande competitividade ao nível dos fatores locativos. Os indicadores atuais, em termos de localização empresarial, modificaram-se significativamente por via do processo de globalização e de massificação da informação. Desta forma, as atividades produtivas tendem a localizar-se onde maximizem a sua situação líquida.

Uma das grandes desvantagens locativas do concelho tem a ver com a baixa densidade demográfica e com a escassez de recursos humanos qualificados. Esta situação, naturalmente, põe em causa projetos económicos de dimensão, pelo que urge que o concelho consiga impor-se como pólo de atratividade de pessoas. Alcançar este objetivo obriga à concretização de um desenvolvimento sustentado.

Este ciclo fechado de interdependência poderá ser interrompido por duas ordens de apostas, simultâneas e com contribuição crescente, considerando o quadro anteriormente apresentado:

- i) incentivos à localização empresarial;
- ii) prioridade à política de fixação de recursos humanos, no sentido de antecipar a obtenção de qualificações profissionais relacionadas com as características técnico-produtivas e nos setores predominantes no concelho.

Este DEI tem como principais objetivos:

- i) Assumir o desafio de formação e ajustar a oferta às necessidades reais e emergentes no tecido produtivo;
- ii) Melhorar as condições de acolhimento e promoção empresarial;
- iii) Valorizar economicamente o património histórico e natural;
- iv) Promover os produtos e serviços locais nos mercados regionais e nacional;
- v) Dotar o concelho de infraestruturas e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística; vi) Promover no exterior a imagem de concelho turístico.

Genericamente, importa afirmar a competitividade do concelho enquanto centro de modernidade e pulsação económica, na vertente do seu desenvolvimento económico e empresarial e, portanto, da capacidade de gerar e reter mais rendimentos, mais riqueza, maior bem-estar.

Os cinco eixos estratégicos definidos procuram aglutinar o que de essencial se apresenta em termos de desenvolvimento futuro do município de Vila Velha de Ródão, isto é, apresentam-se como as grandes áreas cujo adequado aproveitamento, dinamização e potenciação permitirão um melhor desempenho deste território, partindo do aproveitamento dos recursos endógenos, da dotação de condições de bem-estar ajustadas à população residente, num quadro de desenvolvimento sustentável.

Considerando que nenhum dos eixos é um domínio estanque e sem relação com os demais domínios da vida coletiva e da gestão municipal, identificaram-se algumas situações em que o mesmo eixo intersesta dois domínios (conforme Síntese estratégica da EDL).

Seguidamente apresentam-se, para cada Eixo Estratégico (EE), os objetivos estratégicos (OE) de cada domínio estratégico de intervenção:

Eixo Estratégico 1 – Cultura, Património e Turismo

Implementar estratégias de valorização e promoção do concelho, tendo por base o seu património e a

sua cultura, melhorando a atratividade turística e desenvolvendo estruturas e serviços de apoio com qualidade (alojamento, gastronomia, logística e informação).

→ **Objetivos estratégicos:**

1. Aumentar a capacidade de dinamização dos equipamentos e estruturas culturais e turísticas, garantindo uma divulgação eficaz e atualizada das ações a concretizar nestes domínios;
2. Promover a preservação e qualificação do património monumental e arqueológico em geral;
3. Desenvolver projetos de intervenção com vista à futura criação de uma área de proteção, reabilitação e valorização especificamente direcionada para o património natural, cultural e histórico do vale do Tejo, com especial relevo para os valores arqueológicos presentes;
4. Desenvolver ações e projetos de valorização e divulgação da identidade cultural e etnográfica do concelho;
5. Estabelecer parcerias com vista ao desenvolvimento de projetos de relevante interesse científico e patrimonial;
6. Incrementar/incentivar o investimento público e privado que propicie o aumento da oferta e qualidade do alojamento e da dinamização turística.

Eixo Estratégico 2 – Ambiente e Proteção Civil

Qualificar e valorizar o ambiente, promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais do concelho (em particular dos principais cursos de água e das suas áreas florestais), a proteção da diversidade paisagística e biofísica e a minimização de impactes associados a fatores de risco e de poluição.

→ **Objetivos estratégicos:**

1. Promover a valorização e diversidade ambiental do concelho;
2. Concretizar a criação do Parque Natural Regional do Almourão, em conjunto com a Câmara Municipal de Proença-a-Nova;
3. Aumentar a eficácia e eficiência do sistema de recolha de resíduos, do tratamento de efluentes domésticos e da gestão do consumo de água potável;
4. Criar medidas de proteção aos ecossistemas de maior valor biofísico e cultural;
5. Estabelecer critérios de organização e utilização do espaço rural com vista a garantir a preservação dos valores naturais e patrimoniais existentes;

6. Garantir a atualização e a adequada implementação do PMDFCI e do Plano Municipal de Emergência.

Eixo Estratégico 3 – Urbanismo

Investir na requalificação urbanística e na regeneração habitacional, dando relevância aos núcleos antigos e sedes de freguesia.

→ Objetivos estratégicos:

1. Requalificar os núcleos antigos nas sedes das 4 freguesias;
2. Promover a criação de novos espaços habitacionais, especialmente em zonas com maior potencial ou procura;
3. Investir na criação e requalificação de espaços públicos urbanos;
4. Promover a eficiência energética em edifícios e iluminação pública e decorativa;
5. Estimular a reabilitação/regeneração de imóveis devolutos ou degradados, com vista à sua reutilização;
6. Reforçar a centralidade urbana da zona do Enxarrique, na sede de concelho, através da criação de novos espaços públicos e edificados com funções de habitação, comércio e serviços.

Eixo Estratégico 4 – Desporto Recreio e Lazer

Criação/valorização de espaços e dinamização de iniciativas desportivas, de recreio e de lazer, que promovam o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes e o apoio à estrutura turística, em parceria com outras instituições e empresas.

→ Objetivos estratégicos:

1. Fomentar a utilização dos espaços desportivos, envolvendo as vertentes de formação, de competição e de manutenção;
2. Motivar o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer, envolvendo programas ocupacionais de tempos livres;
3. Criar novas zonas de recreio e lazer, tirando partido das potencialidades existentes, especialmente relacionadas com os cursos de água;
4. Incrementar e disciplinar a prática da caça e pesca desportivas, tirando partido do potencial

cinagético e piscícola existente.

Eixo Estratégico 5 - Desenvolvimento Económico

Apoiar a diversificação, modernização, qualificação e promoção das empresas concelhias e dos seus produtos e serviços, numa cultura de empreendedorismo, e, em simultâneo, contribuir para a criação de condições atrativas de fixação de novos investimentos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável do concelho.

→ Objetivos estratégicos:

1. Aumentar a capacidade de oferta de solo urbanizável com fins industriais, com o intuito de permitir acolher unidades empresariais de média/grande dimensão;
2. Incentivar/motivar o incremento de investimentos de carácter diferenciador;
3. Implementar um sistema de incentivos e apoio ao tecido empresarial concelhio, nomeadamente no âmbito da divulgação e promoção de produtos, eficiência energética e gestão de efluentes industriais;
4. Contribuir para a valorização e qualificação da população, em interligação com estruturas empresariais e de ensino;
5. Promover a empregabilidade aos residentes no concelho e a criação de condições atrativas para o aumento e fixação de população ativa;
6. Estimular e incrementar o associativismo empresarial, principalmente ligado ao setor agrícola e agro-industrial, motivando a melhor rentabilização dos produtos e recursos endógenos.

A primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Ródão constituiu, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo de revisão foi pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada em estudos de caracterização, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as realidades/problemas do concelho.

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Rodão encontra-se em vigor deste 2015, no seguimento da publicação do Aviso n.º 13372/2015, de 16 de novembro, em data posterior à publicação do novo RJIGT. Contudo, este foi aprovado ao abrigo do regime transitório previsto no n.º 2 do artigo 82.º da Lei de Bases, remetendo para um momento posterior a integração do seu normativo, em particular em matéria de classificação e qualificação do solo.

De acordo com as novas exigências legais, conforme previsto no art.º 199º do RJIGT, a CM de Vila Velha de Rodão tem a necessidade de proceder à alteração do PDM por adaptação ao POPNTI, ao RJIGT e ao PROFCI até 13 de julho de 2020, ou seja, até 5 anos após a entrada em vigor do RJIGT, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

As alterações a introduzir no contexto da presente alteração prendem-se, fundamentalmente, com o facto do atual RJIGT ter suprimido a desagregação da qualificação do solo urbano nas categorias operativas de solos urbanizados e solos urbanizáveis, tendo este último conceito sido extinto. Trata-se, pois, de uma alteração com carácter bastante específico, não se pretendendo alterar, no presente contexto, a estratégia de ordenamento do território.

Conclui-se, que na presente Alteração da 1.ª Revisão do PDM, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão pretende assegurar os seguintes objetivos:

- Inclusão das normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativos dos particulares na área do Parque Natural do Tejo Internacional (por força da aplicação do disposto no artº 78º da Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento e do Urbanismo).
- Inclusão das regras de classificação e qualificação previstas no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, adiante designado como RJIGT (aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio), de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 199º do mesmo regime.
- Compatibilização do PDM com o novo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, por força da aplicação do disposto no artigo 2º da Portaria nº 55/2019, de 11 de fevereiro.
- Resolução de situações pontuais de incompatibilidade decorrentes de falhas ou incorreções de avaliação constantes no plano em vigor, bem como pequenas adaptações de áreas urbanas e marginais a espaços urbanos, para satisfação de atuais pretensões do Município.

4 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os FCDs (Quadro 2) foram identificados na primeira fase do processo da Avaliação Ambiental Estratégica, mediante a análise das relações entre as questões estratégicas que estão associadas à proposta de Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, o quadro de referência estratégica (que identifica as macro orientações de política nacional, europeia e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade) e o domínio ambiental da avaliação estabelecido pela legislação (Decreto de Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) no que respeita à *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o*

património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores”.

Para cada FCD foram estabelecidos os objetivos de sustentabilidade ambiental e selecionados indicadores que permitem avaliar de que forma a proposta de Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR contribui para a persecução desses mesmos objetivos.

Quadro 2 – Descrição dos FCD

FCD	DESCRIÇÃO
ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	Avaliar o contributo da proposta para a Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR na: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sua compatibilização com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial e com o equilíbrio entre o espaço urbano e espaço rural; ▪ Reabilitação do espaço urbano; ▪ Melhoria da rede de acessibilidades e da mobilidade
DINAMIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA	Avaliar o contributo da proposta para a Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, na: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coesão social; ▪ Melhoria da qualidade de vida da população; ▪ Dinâmica e fixação de atividades económicas; ▪ Reforço da identidade e da competitividade.
VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA	Avaliar o contributo da proposta para a Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, na <ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvaguarda e valorização da paisagem; ▪ Valores culturais; ▪ Identidade local.
VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	Avaliar o contributo da proposta para a Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, na: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvaguarda dos valores ecológicos; ▪ Prevenção da fragmentação dos habitats, promovendo o <i>Continuum naturale</i> e assegurando a existência de uma rede adequada de áreas favoráveis à manutenção da biodiversidade; ▪ Melhoria da qualidade física do ambiente nas vertentes recursos hídricos, recursos geológicos, ar e ruído, conducentes à salvaguarda da saúde humana e ambiental.
RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	Avaliar o contributo da proposta para a Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, na: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenção e minimização de riscos naturais nomeadamente cheias, sismos, incêndios florestais e erosão dos solos; ▪ Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases com efeito de estufa; ▪ Prevenção e minimização de riscos tecnológicos.

Quadro 3 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores por FCD

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
Ordenamento e Gestão do Território	Instrumentos de Gestão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Compatibilizar e articular a proposta de ocupação do Plano com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial e com as servidões e condicionantes do uso do solo em vigor 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas (IAE) Percentagem de áreas excluídas da REN e /ou ocupadas com edificações compatíveis e com Reconhecido Interesse Público - RIP (IAE)
	Solos, Uso e Ocupação do Território	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização da proposta de ocupação do solo com o equilíbrio entre o espaço urbano e espaço rural/natural Assegurar a compatibilidade de ocupação do solo com as condicionantes impostas pela presença de estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de execução do solo urbano programado (IAE) Taxa de concretização das UOPG (IAE) Taxa de execução do espaço de atividades económicas Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos N.º de Pedidos de Regularização de Atividades Económicas no Âmbito do RERAE Área condicionada pela presença de estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto
	Requalificação Urbana	<ul style="list-style-type: none"> Requalificação e regeneração do espaço urbano 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de regeneração urbana e requalificação do espaço público Projetos de recuperação de áreas degradadas Área dos espaços verdes urbanos Taxa de utilização de equipamentos coletivos
	Acessibilidades e Mobilidades	<ul style="list-style-type: none"> Garantir um planeamento integrado ao nível da rede viária e contribuir para a reformulação e melhoria da rede de acessibilidades Valorizar a rede de transportes coletivos e sua articulação com as acessibilidades a nível concelhio e regional Promover uma mobilidade mais “sustentável” 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de vias a necessitar de reabilitação e reclassificação N.º de utentes das vias Fluxo rodoviário nas acessibilidades concelhias N.º médio de carreiras concelhio/regional N.º médio de utentes dos diversos modos de transporte Nº de acidentes registados N.º de espaços públicos com barreiras arquitetónicas
Dinamização Sócio - Económica	População	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação, valorização e integração profissional da população Novas e mais amplas respostas sociais a partir dos equipamentos coletivos e serviços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população residente Qualificação/níveis de instrução da população Capitação da oferta em equipamentos coletivos e serviços públicos de cariz social População (%) segundo a condição perante a atividade económica População ativa (%) por atividade económica Nº de empregos criados
	Emprego/ Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Promover a fixação da população através da atração de atividades económicas e criação de novos postos de trabalho Aumentar a competitividade e atratividade do município, promovendo a diversificação da estrutura económica 	<ul style="list-style-type: none"> População empregada por atividade económica Nº de empregos criados Aumento do volume de negócios das unidades empresariais População empregada, por setor de atividade económica

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a atratividade turística do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Oferta em termos de alojamento turístico (quer em quantidade, quer em qualidade) Atividades turísticas e população aderente
Valorização e Proteção Cultural e Paisagística	Património arquitetónico e arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do património arquitetónico Proteção e valorização do património arqueológico 	<ul style="list-style-type: none"> Sítios classificados e em vias de classificação Áreas arqueológicas Património arquitetónico classificado e em vias de classificação Nº de projetos e atividades valorativas do património e paisagens culturais Nº de ações educativas N.º de propostas de classificação de património arquitetónico
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar a qualidade cénica e a diversidade da Paisagem Reforço da identidade do território 	<ul style="list-style-type: none"> Número de intrusões visuais Área do Município integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico Nº de pontos notáveis
Valorização e Proteção Ambiental	Estrutura ecológica e de valorização de áreas naturais	<ul style="list-style-type: none"> Preservação de habitats naturais, áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas e ou com estatuto de conservação desfavorável Promover a biodiversidade evitando a fragmentação dos ecossistemas e habitats naturais Promover o <i>Continnum naturale</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas com valor natural, protegidas e classificada. Sítios geológicos (GEOSSITIOS) Área de distribuição e efetivos populacionais de espécies protegidas Áreas de habitats de interesse comunitário Espécies com estatuto de conservação desfavorável Número e área das descontinuidades/ continuidades introduzidas nos ecossistemas e habitats naturais Nº de indústrias em áreas protegidas Áreas ocupadas por espaços de sistemas ecológicos e valores naturais em solo urbano, integrados na Estrutura Ecológica Urbana Área ocupada por RAN, REN e Domínio Público Hídrico
	Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e valorização da rede hidrográfica 	<ul style="list-style-type: none"> Extensão, em metros, de linhas de água requalificadas, com recurso a técnicas no domínio da bioengenharia Área ocupada por usos e atividades indutoras de pressões significativas na rede hidrográfica Necessidades hídricas dos vários tipos de uso, face às disponibilidades hídricas superficiais na área dominada pelo Plano Nível de atendimento da população por sistemas de drenagem Perdas de água nos sistemas de abastecimento Quantidade de Água residual reutilizada

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir o bom estado ecológico e químico das águas superficiais e subterrâneas 	<ul style="list-style-type: none"> Estado de qualidade das águas superficiais e subterrâneas Taxa de emissão de poluentes Percentagem de áreas cobertas com rede de saneamento separativo e tratamento final terciário Nível de erradicação de sobrecargas em termos de captações e descargas
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir o bom estado quantitativo das águas subterrâneas (garantir as recargas dessas águas) 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada VS capacidade de recarga dos aquíferos Áreas de máxima infiltração
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir a distribuição de água destinada ao consumo humano e um bom nível de atendimento relativo aos sistemas de abastecimento e de tratamento das águas 	<ul style="list-style-type: none"> % da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo % da população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais Qualidade da água para consumo humano (% de cumprimento do Valor Paramétrico – V.P.)
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir as emissões de poluentes atmosféricos e de gases de efeito de estufa Melhorar a qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Variação das concentrações dos poluentes analisados entre campanhas
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualidade do ambiente sonoro tendo em conta as fontes sonoras existentes e previstas e garantir os níveis adequados à saúde humana 	<ul style="list-style-type: none"> Recetores e população expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado em zonas sensíveis e mistas N.º de reclamações apresentadas pelos municípios
Riscos Naturais e Tecnológicos	Riscos naturais	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção e minimização de riscos naturais Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases com efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada em consequência da ocupação Evolução do n.º de ocorrências de cheias e inundações Área de povoamentos florestais percorrida por incêndios Evolução da área do concelho suscetível a deslizamentos de terras Nº de exercícios do PMEPC efetuados Nº de acidentes ou incidentes ocorridos anualmente relacionados com riscos naturais com incidência no concelho Edifícios públicos com certificação energética
	Riscos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção e redução do risco 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de novos estabelecimentos industriais Área abrangida pelas faixas de perigosidade de risco de acidentes industriais Nº de usos não compatíveis (ex. zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis) com as faixas de perigosidade de risco de acidentes industriais Nº de exercícios do PMEPC efetuados Nº de acidentes ou incidentes ocorridos anualmente relacionados com riscos tecnológicos com incidência no concelho Estabelecimentos enquadrados no DL nº 150/2015, de 5 de agosto (n.º) Pessoas expostas aos cenários de acidente (n.º)

5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD

5.1 AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com a redação atual, bem como ao Guia de Boas Práticas para a AAE (APA, 2007) considera-se que, enquanto abordagem estratégica, um dos objetivos da AAE consiste em “Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão.”

Em termos gerais, a proposta de ordenamento considerada no processo da 1.ª Revisão do PDM não envolveu alterações significativas relativamente ao ordenamento.

Para além de algumas transformações associadas à redelimitação dos perímetros urbanos e da REN, da criação de duas categorias de espaços naturais e do reordenamento dos espaços rurais (adequando-os às utilizações agrícolas e florestais existentes), assumiu particular significado a proposta de delimitação de uma grande zona de expansão destinada a atividades económicas, junto à sede de concelho.

Como mencionado nos documentos da Revisão do plano, a existência de procura de terrenos para implantação de novas estruturas industriais, procura essa associada principalmente à existência da Celtejo, como fonte produtora de matéria prima para a indústria do papel, levou a que o Município tenha sido contactado no sentido de se procurar uma solução que, ao nível do ordenamento do território, permitisse responder a essa procura.

A expectativa de fixação de novas unidades que, de ponto de vista económico, pudessem contribuir para o desenvolvimento do concelho, atendendo às dificuldades sentidas neste capítulo, motivou a Câmara Municipal para, aproveitando a oportunidade de revisão do PDM, avaliar as possibilidades de criação de novas áreas para esses fins.

Como fator determinante para enquadrar a geração de alternativas, foi desde logo considerada a distância à zona industrial existente, sendo que a presença da Celtejo (como produtora de matéria prima) assume uma importância significativa. Por outro lado, a proximidade de uma fonte de água (albufeira do Fratel) e de bons acessos viários e ferroviários também contribuíram para centrar, nas imediações da zona industrial existente na sede de concelho, a zona com melhores condições para os fins em causa.

Tendo como referência as unidades industriais existentes, nomeadamente quanto à dimensão dos seus perímetros, foi inicialmente delimitada uma área para avaliação com cerca de 110 ha, localizada a poente da zona industrial existente, até à ribeira do Açafal. Tendo em conta a estrutura urbana existente, a existência da linha ferroviária, do ribeiro do Enxarrique e a orografia do terreno, não seria possível considerar qualquer alternativa a poente, norte ou sul.

A definição da área de expansão pretendida teve ainda em conta alguns fatores de ordem mais prática, ou operativa, uma vez que as unidades industriais existentes (Celtejo) manifestaram igualmente intenção de ver alargados os seus perímetros, o que apenas se tornaria viável em zonas marginais aos atuais.

Assumindo-se como desejável a disponibilização de uma área que, em termos de regularidade formal e topográfica, não motivasse condicionantes acrescidas à implantação de estruturas construídas de grande dimensão, foram assim considerados como fatores mais importantes, em termos de análise de alternativas, a existência da E.N.241, com as respetivas faixas de proteção, a ribeira do Açafal, as condicionantes RAN e REN e a orografia do terreno.

Nessa perspetiva, atendendo ainda a que alguns dos terrenos confinantes com o perímetro atual da Celtejo já são propriedade desta empresa, foi desde logo assumida a delimitação desta zona, definindo-se a restante área de expansão para nordeste, de forma a considerar três unidades operativas de planeamento e gestão, correspondentes a três fases de execução.

A área delimitada para expansão proposta ficou assim com cerca de 67 ha.

Face ao exposto, no âmbito da 1.^a Revisão do PDM, procedeu-se à elaboração de um quadro síntese da análise comparativa das duas alternativas, contemplando os cinco FCD estabelecidos para a AAE da Revisão do PDMVVR e respetivos Critérios.

Alternativa 1: Esta alternativa prevê uma área para expansão com cerca de 110 ha, localizada a poente da zona industrial existente, até à ribeira do Açafal.

Alternativa 2: Esta alternativa prevê uma área de expansão com cerca de 67 ha, localizada a nordeste da zona industrial existente. Considera três unidades operativas de planeamento e gestão, correspondentes a três fases de execução (U1, U2 e U3).

A avaliação dos impactes/implicações das alternativas no território, efetuada no âmbito da 1.^a Revisão do PDM, conclui-se que a alternativa 2 apresentava benefícios ambientais, relativamente à alternativa 1, justificando assim o seu abandono pela equipa do plano, na fase de elaboração da Proposta.

No que se refere à Adaptação da 1.^a Revisão, não foram consideradas alternativas, dado que se trata de uma alteração com caráter bastante específico, não se pretendendo alterar, no presente contexto, a estratégia de ordenamento do território.

5.2 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD

A análise apresentada no presente documento, integrará as etapas contidas no esquema que seguidamente se apresenta e que será aplicado, a cada um dos FCD, anteriormente identificados.

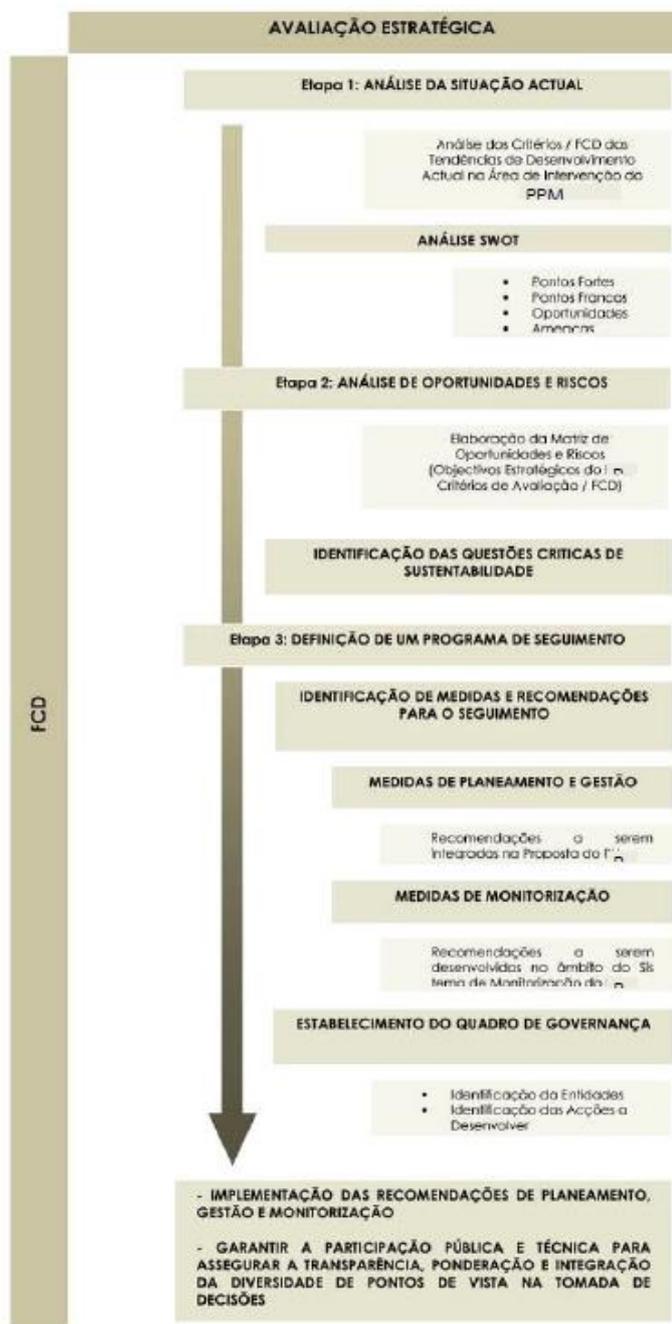


Figura 3 – Metodologia de Avaliação Estratégica por FCD

Etapa 1 - Análise de tendências

Nesta etapa de trabalho, são analisadas as perspectivas, oportunidades e constrangimentos de evolução e de desenvolvimento territorial na área de intervenção do PDMVVR.

A súmula da análise de tendências resulta numa matriz SWOT, por FCD, dando uma indicação sobre oportunidades e ameaças que a tendência actual de desenvolvimento pressupõe, não tendo em conta as opções estratégicas da Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR.

Etapa 2 – Análise Oportunidades e riscos

Neste domínio de análise são identificadas as ações ou intervenções a desenvolver com a implementação do plano e que são suscetíveis de gerar impactes significativos no ambiente. Para tal, cruzaram-se os objetivos da Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR com os critérios identificados para cada FCD, permitindo assim assinalar as oportunidades e riscos decorrentes da implementação do plano.

Os impactes dos objetivos da Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, nos critérios de cada FCD, são quantificados utilizando a seguinte correspondência:

- (0) – sem relação
- (+/-) – relação incerta
- (-) – risco
- (+) – oportunidade

Abordam-se separadamente as fases de construção e de exploração (ou funcionamento / fruição) da área de intervenção da Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, na medida em que os efeitos são distintos em cada uma destas fases e potencialmente relevantes no âmbito da presente avaliação.

Um aspeto relevante relativamente à fase de construção é o que decorre da incerteza atualmente existente quanto à calendarização dos diferentes projetos contemplados na Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, face ao que se torna impossível ajuizar acerca da ocorrência de determinados efeitos diferidos no tempo ou da ocorrência de efeitos cumulativos.

Por seu lado, no que se refere em termos de exploração assenta no pressuposto de que tudo o que se encontra previsto na Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR será concretizado.

No final desta etapa serão identificadas as Questões Críticas de Sustentabilidade que servirão de base à definição das Medidas e Recomendações para Seguimento.

Etapa 3 – Definição do Programa de Seguimento

- **Medidas e recomendações de seguimento**
- **Quadro de governança**

O estabelecimento de medidas e recomendações de seguimento resultam da avaliação das oportunidades e riscos decorrentes da implementação da Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR e dividem-se em duas categorias:

- **Medidas e recomendações de planeamento e gestão** a serem integradas diretamente na proposta da Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR.

- **Medidas e recomendações de monitorização** com o objetivo de avaliar o desempenho ambiental e identificar atempadamente efeitos negativos decorrentes da implementação da Alteração da 1.^a Revisão do PDMVVR.

O quadro de governança para ação destina-se a estabelecer um programa de seguimento que deverá acompanhar o ciclo de planeamento e programação e concretizar a sua aplicação. Constitui assim um programa de ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade estratégica, fundamental para se poder continuar a assegurar o contributo da avaliação ambiental, no processo de decisão. A sua execução é crucial para controlar incertezas capitais, resolver e detetar múltiplas situações inesperadas não identificadas em fases anteriores. Inclui as alterações de orientação estratégica que frequentemente ocorrem em processos desta natureza, e assegurar o cumprimento das medidas de planeamento, gestão e monitorização.

A definição deste quadro é fundamental para o sucesso da implementação da Alteração da 1.^a Revisão do PDMVVR uma vez que o êxito deste plano não está somente dependente da entidade promotora, mas igualmente de um conjunto de entidades, que através das suas ações, contribuem direta ou indiretamente para essa finalidade.

5.3 ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências, por FCD, encontra-se sintetizada numa análise SWOT que identifica os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e os riscos associados à realidade territorial da Alteração da 1.^a Revisão do PDM na situação atual (quadros seguintes).

Quadro 4 - Análise SWOT da situação tendencial – Ordenamento e Gestão do Território

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Área de intervenção com potencial para a estruturação de um espaço qualificado e atrativo; • Existência de alguns núcleos antigos (ex. o núcleo histórico de Vila Velha de Ródão, de Sarnadas de Ródão e da Aldeia de Foz do Cobreão); • Existência de edificado de arquitetura tradicional ainda presente no núcleo antigo de alguns aglomerados; • Requalificação do espaço público nas sedes de freguesia; • Existência de volumetrias moderadas, onde predomina uma tipologia habitacional unifamiliar, normalmente com dois pisos de cércea; • Existência de vasto espaço destinado a atividades económicas com elevado grau de consolidação; • Reabilitação de alguns edifícios de arquitetura tradicional pela população local; • Existência de espaços naturais com valor paisagístico na envolvente de alguns aglomerados; • Presença de imóveis classificados; • Existência de diversos imóveis com interesse; • Interesse arquitetónico e histórico dos núcleos antigos das sedes de freguesia; • Presença de um vasto património arqueológico inventariado. • Proximidade a Castelo Branco e a Portalegre; • Principais acessibilidades externas asseguradas por eixos da Rede Nacional (A23); • Inserção Regional favorecida pela localização geográfica e pela evolução da Rede Nacional; 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma rede urbana, composta por aglomerados de muita pequena dimensão disseminados pelo território e pouco dotados de serviços e funções urbanas; • Fraco desenvolvimento funcional do centro urbano de Vila Velha de Rodão e ausência de um centro cívico; • Descaracterização de alguns conjuntos urbanos induzidos pelo processo de renovação urbana ou pela introdução de linguagens arquitetónicas distintas das locais; • Abandono e a degradação do parque edificado de alguns núcleos antigos; • Inexistência de estrutura urbana coerente nas áreas de expansão e ocupação urbana de áreas pouco adequadas (zonas declivosas, zonas húmidas, etc.); • Existência de espaços intersticiais associada à tendência para a dispersão urbana dentro dos aglomerados; • Existência de imóveis bastante degradados no interior de núcleos antigos com algum interesse de conjunto; • Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos imóveis classificados e com interesse. • Ausência de medidas de ordenamento e requalificação do espaço urbano (passeios, delimitação de zonas de estacionamento, passeadeiras sobrelevadas para travessia de peões; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um quadro normativo, na revisão do PDM, que controle a ocupação fora das áreas urbanas, que promova a renovação e consolidação da malha urbana existente; • Definição de perímetros urbanos que contribuam para o fecho da malha urbana, contrariem a ocupação dispersa e protejam as áreas consideradas mais sensíveis; • Promoção de programas e incentivos que visem a salvaguarda do parque edificado dos aglomerados com características mais tradicionais; • Existência de vários conjuntos com interesse que poderão ser alvo de projetos de requalificação urbana; • Valorização patrimonial e urbanística das sedes de freguesia e de algumas aldeias (Foz do Cobreão; Vale do Cobreão; Gavião do Ródão; Vale do Homem); • Reabilitação de imóveis classificados ou com interesse; • Valorização dos pequenos conjuntos de arquitetura tradicional; • Desenvolvimento de itinerário e percursos pedestres de base cultural, articulados com principais pontos de atração patrimoniais. • A nível regional, implementação ou beneficiação de alguns eixos previstos no âmbito do PRN2000 proporcionando uma melhoria das acessibilidades externas; • Construção do IC31, beneficiando as ligações a Espanha; • A reintegração na Rede Nacional de dois troços anteriormente desclassificados: EN241 (Alvaiade/IP2 V.V.Rodão) e ER18 (V.V.Rodão Alpalhão/IP2); 	<ul style="list-style-type: none"> • Agravamento da tendência para a dispersão do povoamento; • Aumento da pressão para edificação em solo rústico; • Acentuar do esvaziamento, abandono e consequente degradação dos núcleos antigos; • Avanço gradual do mau estado de conservação do património edificado; • Destruição do património arqueológico pela construção, pela lavoura, pela abertura de caminhos e outras intervenções; • Descaracterização de alguns núcleos antigos de aglomerados face à introdução de linguagens arquitetónicas dissonantes. • Incapacidade em qualificar espaços urbanos que possam alavancar o desenvolvimento económico; • Continuidade do processo de dispersão da ocupação edificada do solo; • Incapacidade em qualificar vias com insuficiências; • Aumento do tráfego de mercadorias, que pode colocar limitações; • Forte dependência do transporte individual; • Hierarquização das redes nacionais e municipais.

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Ligações à fronteira com Espanha; • Grau de acessibilidade interna nas ligações entre Vila Velha de Ródão e a maioria dos aglomerados urbanos concelhios; • Características físicas das vias que asseguram funções mais relevantes; • Investimentos recentes no âmbito da beneficiação da Rede Municipal; • Serviço de Transporte Ferroviário (passageiros e mercadorias) proporcionado pela Linha da Beira Baixa; • Circuitos Escolares, abrangendo zonas não servidas pelo transporte regular; • Existência de uma excelente rede de transportes camarários. • Relevante investimento realizado ao nível das infraestruturas urbanísticas, acessibilidades, • Condições favoráveis de acessibilidades proporcionadas pelas infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias existentes; • Resposta eficaz aos períodos de maior solicitação da procura rodoviária, apresentando volumes de tráfego moderados em geral; • Navegabilidade do Rio Tejo; • Fruição de paisagens fluviais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Orografia acidentada de parte do território, condicionando o traçado das vias e a mobilidade interna; • Ausência de uma rede de Transportes coletivos, que satisfaça cabalmente a população residente nos concelhos limítrofes; • Vias com insuficiências ao nível da marcação rodoviária por pintura, sinalização vertical e colocação de guardas de segurança; • Acessibilidades ao Litoral Centro; • Efeito barreira” introduzido pelo Rio Tejo, impedindo a ligação direta à Estremadura espanhola; • Adiantamentos na implementação do IC31; • Elevada extensão dos troços desclassificados no âmbito do PNR2000; • Características físicas de alguns troços da Rede Municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de um conceito global para a rede viária concelhia, incluindo o estabelecimento da sua adequada hierarquização funcional; • Criação de um quadro normativo no âmbito da alteração da 1.ª revisão do PDM que defina os parâmetros a adotar no que respeita à gestão e ao ordenamento da rede atual, bem como às futuras intervenções. • Potencial da área de intervenção para a estruturação de um espaço qualificado e atrativo; • Potencial para o desenvolvimento industrial e logístico, associado às acessibilidades rodo e ferroviárias; • Implementação de um conjunto de Infraestruturas na Rede Nacional, com reflexos diretos no desenvolvimento económico e inserção territorial; • Construção de novos troços e retificação dos existentes. 	

Quadro 5 - Análise SWOT da situação tendencial – Dinamização Socio Económica

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> Existência de grande diversidade de património natural e cultural na região Aptidão para turismo Proximidade a Castelo Branco Proximidade de Espanha Produção da pasta de papel (Empresa Celtejo) Produção de energia elétrica através de biomassa (Empresa Celtejo) Produtos tradicionais (queijo, mel, azeite, enchidos, artesanato e gastronomia) Dinamismo da Autarquia no acesso a apoios provenientes dos quadros comunitários Acessibilidades rodoviárias (A23/IP6, IP2 e IC8) Transporte ferroviário de passageiros e mercadorias (Linha da Beira Baixa) Recente beneficiação da rede viária municipal Promoção de habitação a custos controlados para a fixação de população no município (Programa de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias) Equipamentos de saúde (Centro de Saúde e Extensão de Saúde em cada freguesia) Instalações desportivas Complexo Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> Localização interior e periférica Perdas demográficas muito significativas nas últimas décadas Fraca capacidade de atração e fixação de população Acentuado envelhecimento populacional Alguma taxa de analfabetismo e restante população com baixas habilitações académicas Escassez de recursos humanos qualificados Falta de investimento público e privado Falta de capacidade de atrair investimentos Baixo nível de empreendedorismo Ausência de ensino secundário e profissional Recursos turísticos pouco explorados Baixa oferta de alojamento turístico Oferta de transportes públicos é muito limitada 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o investimento público e privado Promoção da imagem de Vila Velha de Ródão Promover o crescimento populacional associado ao dinamismo económico Investidores interessados em desenvolver projetos geradores de dinâmica económica e emprego Promover projetos realizados com apoios provenientes dos quadros comunitário Aumento do nível de instrução da população Ensino secundário e profissional Ampliar os equipamentos de apoio à população idosa Enceramento de escolas, reconvertendo a sua utilização para outros fins Valorização de produtos tradicionais Agricultura biológica Oferta turística de qualidade Valorização do “interior” e do “rural “ Turismo rural Turismo sustentável Aproveitamento turístico das albufeiras para atividades recreativas, prática sustentável de desportos náuticos e de outros usos recreativos; Criação de praias fluviais; Prática de desportos e de outros usos recreativos associados ao turismo de natureza e de aventura, nomeadamente percursos pedestres; Centro de Formação Artística Manuel Cargaleiro Lagar de Varas Centro de interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo Construção da barragem e aproveitamento hidroelétrico do Alvito 	<ul style="list-style-type: none"> Agravamento da tendência de envelhecimento da população Forte contração do tecido empresarial, com os consequentes efeitos negativos na qualidade de vida das populações Aumenta do apoio social e de saúde induzido pelo envelhecimento da população Diminuição severa da população residente e presente Riscos de desertificação territorial.

Quadro 6 - Análise SWOT da situação tendencial – Proteção e Valorização Cultural e Paisagística

Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de imóveis classificados, em vias de classificação e imóveis com interesse; ▪ Presença de património arqueológico, de sítios e conjuntos edificados com interesse; ▪ Núcleos antigos das sedes de freguesia com interesse arquitetónico e histórico; ▪ Integração no Geopark Naturtejo e no Parque Natural do Tejo Internacional; ▪ Integração no Monumento Natural das Portas de Ródão e na Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul; ▪ Presença da cordilheira quartzítica (UP1) e dos rios Tejo, Ocreza e Ponsul (UP3) conferindo elevada qualidade à paisagem; ▪ Existência de pontos notáveis na paisagem: pontos panorâmicos e locais com interesse paisagístico; ▪ Existência de elementos singulares na paisagem; ▪ Existência de património histórico-cultural inserido em zonas de paisagem de qualidade; ▪ Azeite e Queijo com Denominação de Origem. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de imóveis bastante degradados no interior de núcleos antigos com algum interesse de conjunto; ▪ Reduzido número de sítios arqueológicos que possuem condições para ser visitado, revelando um subaproveitamento deste recurso. ▪ Existência de pontos de degradação da paisagem: focos de poluição doméstica, industrial e em espaço agrícola, amplas áreas de Monoculturas florestais de Eucalipto) e Pinheiro bravo, extração de inertes, depósitos de entulho e sucatas. ▪ Extensas áreas florestais aridas; ▪ Subaproveitamento de potencial cinegético e silvo-pastoril; ▪ UP1e UP2 com reduzida absorção visual; ▪ Reduzido planeamento e divulgação de atividades recreativas (pesca, desportos náuticos, tracking, campismo, etc); ▪ Poluição dos principais rios (Ocreza e Tejo); ▪ Ausência de planos de ordenamento para as albufeiras (Fratel e Pracana). número de sítios arqueológicos que possuem condições para ser visitado, revelando um subaproveitamento deste recurso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do património arquitetónico e arqueológico local; ▪ Reabilitação de imóveis classificados ou com interesse; ▪ Desenvolvimento de itinerários e percursos pedestres articulados com pontos de atração patrimoniais. ▪ Aproveitamento turístico das albufeiras (pesca, desportos náuticos, etc); ▪ Desenvolvimento de atividades recreativas e desportivas associadas ao turismo de natureza e de aventura; ▪ Melhoria da qualidade paisagística com intervenções adequadas e integradas na paisagem local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avanço gradual do mau estado de conservação do património edificado; ▪ Destruição do património arqueológico pela lavoura, pela silvicultura, pela abertura de caminhos e outras intervenções; ▪ Descaracterização de alguns núcleos antigos de aglomerados face à introdução de linguagens arquitetónicas dissonantes. ▪ Contínua situação de desqualificação com agravamento na degradação da paisagem. ▪ Aumento da área de monoculturas de exploração florestal (pinheiro bravo e eucalipto) – risco de incêndio e redução de biodiversidade.

Quadro 7 - Análise SWOT da situação tendencial – Proteção e Valorização Ambiental

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Presença de galerias ripícolas com bom nível de desenvolvimento; • Presença de habitats e ecossistemas que propiciam a vida e fixação de espécies de elevado valor florístico e faunístico; • Existência de estruturas geológicas com grande interesse científico; • Integração no Geopark Naturtejo e no Parque Natural do Tejo Internacional; • Território de elevada riqueza e disponibilidade hídrica; • Integração do Parque Natural do Tejo Internacional e existência do Monumento Natural das Portas de Ródão; • Integração da PTZPE0042 – Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul, do Parque Internacional Tejo-Tajo e Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo Tajo Internacional. • Linhas de água de regime permanente; • Recarga dos aquíferos; • Zonas de infiltração máxima delimitadas; • Grande extensão de frentes ribeirinhas; • Água mineral (fonte das Virtudes); • Nível de atendimento de saneamento básico; • Existência de 3 ETAR; • Sistema de drenagem de águas pluviais é do tipo separativo na totalidade da sede de concelho e em parte das sedes de freguesia; • Zona de lazer na margem do rio Tejo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos sobre ecossistemas terrestres, provocado pelo enchimento e variação do nível das albufeiras; • Impactos sobre ecossistemas aquáticos provocado pela presença das barragens; • Focos de poluição doméstica, industrial e em espaço agrícola; • Existência de tecido industrial com forte impacto ambiental; • Amplas áreas florestais ardidas; • Extensas áreas de monocultura de pinheiro bravo e/ou eucalipto que se associam a uma reduzida biodiversidade e reduzida capacidade de reação a pressões externas; • Alteração do caudal dos cursos de água a jusante das barragens; • Dependência de caudais com origem em Espanha; • Variabilidade hidrológica interanual, anual e sazonal; • Poluição de cursos de água; • Ausência de planos de ordenamento para as albufeiras (Fratel e Pracana); • Perdas elevadas nos sistemas de abastecimento; • Risco de inundações (zona sul do aglomerado de Vila Velha de Ródão) e cheias; • Períodos de seca; 	<ul style="list-style-type: none"> • Salvaguardar e otimizar a gestão dos recursos hídricos na área de intervenção; • Utilização da água residual para satisfazer as necessidades hídricas na rega, limpeza de espaços públicos e outros usos menos exigentes; • Soluções sustentáveis para o aproveitamento das águas pluviais; • Qualificação e valorização dos espaços ribeirinhos; • Preservação da vegetação ripícola; • Criação de espaços de fruição e de aproximação da população ao rio Tejo; • Melhorar a qualidade dos recursos subterrâneos • Abastecimento de água a todos os aglomerados do concelho; • Diminuição das perdas de água nos sistemas de abastecimento; • Definição de regime de caudais ecológicos para as barragens que ainda não têm; • Sistema de drenagem de águas pluviais do tipo separativo em todas as sedes de freguesia; • Selagem das lixeiras; • Diminuição das fossas sépticas; • Ligação das redes à conduta adutora da Águas do Centro e integração do abastecimento de água a Foz do Cobreiro neste subsistema; • Estender a rede de tratamento de águas residuais aos aglomerados mais próximos das ETAR; • Salvaguarda e criação de espaços verdes urbano, como modo de promover a infiltração 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da área de monoculturas de exploração florestal (pinheiro bravo e eucalipto) – risco de incêndio e redução de biodiversidade; • Contaminação dos cursos de água e dos aquíferos; • Poluição industrial; • Eutrofização de albufeiras e linhas de água; • Descida dos níveis piezométricos; • Localização da Fábrica “Centroliva” num terreno com elevada permeabilidade (foz das ribeiras do Açafal e de Lucriz); • Industrias (presuntos, enchidos e salsicharia) no vale do ribeiro de Enxarrique; • Suiniculturas e lagares de azeite distribuídas pelo concelho; • Aumento não sustentado do uso da água; • Arrastamento de nitratos em excesso pelas águas pluviais e por águas de rega; • Manutenção ou agravamento (pouco provável) da atual da situação no que respeita à qualidade do ar e ambiente sonoro.

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Cais fluvial na zona ribeirinha de Vila Velha de Rodão; • Utilização lúdica da zona fluvial na foz do ribeiro Cobrão; • Percurso pedestre na Foz do Cobrão e em Vila Velha de Ródão, registados e homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, mais 2 instalados e não homologados; • Zonas de pesca desportiva; • Prática de desportos náuticos; • As fontes de degradação da qualidade do ar e de ruído são pouco numerosas e conhecidas; • O ambiente acústico na generalidade do Concelho é calmo, com uma reduzida percentagem da população exposta a níveis de ruído superiores ao previsto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Erosão hídrica na extração de inertes, junto ao IP2, na zona de Peroledo; • Baixo caudal da Fonte das Virtudes; • Duas lixeiras no concelho; • Fragilidades na ETAR de Vila Velha de Rodão; • Muitos aglomerados servidos por fossa séptica coletiva (tratamento primário); • Falta de controle efetivo das fossas individuais; • Deficiente tratamento dos efluentes industriais; • Monitorização insuficiente e/ou ineficiente do estado das massas de água; • A degradação da qualidade do ar é percebida como relevante por parte da população, apesar de não existirem evidências de situações de poluição objetivamente associáveis a riscos graves para a saúde pública. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos programas de monitorização • Ao se conhecerem as fontes de degradação da qualidade do ar e de ruído será possível o estabelecimento de programas de ação tendentes a atenuar os seus impactes 	

Quadro 8 - Análise SWOT da situação tendencial – Riscos Naturais e Tecnológicos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem sistemática dos riscos, com recurso a planos eficazes relativos a esta temática • A área do concelho suscetível a riscos é reduzida 	<ul style="list-style-type: none"> • Não consideração, até à data, dos potenciais efeitos das alterações climáticas sobre os riscos com expressão no concelho • Os riscos inerentes à presença da central nuclear de Almaraz não estão contemplados 	<ul style="list-style-type: none"> • A existência de planos eficazes com incidência na gestão dos riscos proporciona uma boa base de partida para a consideração desta dimensão na gestão do território do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> • O facto de vários dos riscos com incidência no concelho estarem associados a instalações / atividades da responsabilidade de múltiplas entidades externas à Autarquia dificulta a sua gestão e requerer maior esforço de coordenação nas respostas a emergências aí geradas; • As alterações climáticas podem alterar / agravar alguns dos riscos atuais

5.4 ANÁLISE DE EFEITOS, OPORTUNIDADES E RISCOS

Da avaliação das oportunidades e riscos decorrentes da implementação da proposta de Alteração da 1.^a Revisão do PDMVVR, ressaltam, para cada FCD, os seguintes aspetos considerados mais relevantes:

FCD Ordenamento e Gestão Do Território

EE11 – Cultura, Património e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> As ações previstas neste eixo estratégico consideram-se como uma mais valia para este FCD, uma vez que a sua execução, deverá obrigar ao desenvolvimento de diversas tarefas de recuperação, manutenção e produção de novos elementos.
EE 2 – Ambiente e Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> Os objetivos estratégicos estão direcionados para a promoção da gestão sustentável dos recursos naturais do concelho, a proteção da diversidade paisagística e biofísica e a minimização de impactes associados a fatores de risco e de poluição. Destacam-se os objetivos estratégicos “aumentar a eficácia e eficiência do sistema de recolha de resíduos, do tratamento de efluentes domésticos e da gestão do consumo de água potável” ou “garantir a atualização e a adequada implementação do PMDFCI e do Plano Municipal de Emergência” como oportunidades e mais valias no âmbito deste FCD
EE 3 – Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> As ações previstas pretendem promover a requalificação urbanística dos centros históricos, das sedes de freguesia, a recuperação de imóveis e zonas degradadas nas várias áreas do concelho, a promoção da criação de novos loteamentos urbanos, qualificação das redes viárias e pedonais, e criação e requalificação de espaços públicos urbanos, conduzindo a uma melhoria da qualidade da área urbana, trazendo efeitos positivos para este FCD. Por outro lado, destaca-se a constituição da Estrutura Ecológica Municipal estabelecendo um contínuo natural entre o espaço urbano e o espaço rural, salvaguardando a manutenção da biodiversidade e a conectividade ecológica.
EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> Apresenta diversas oportunidades para o reforço de sinergias entre o espaço rural e o espaço urbano, na própria qualificação dos espaços e da melhoria da qualidade de vida da população. Considera-se um contributo positivo para o equilíbrio dos usos e funções do território. Por outro lado, a valorização e criação de espaços destinados ao desenvolvimento de atividades de desporto, recreio e lazer, apresenta diversas oportunidades no âmbito deste FCD
EE 5 – Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> Os objetivos compreendem a concretização de diversas ações que acarretam mais valias para um desenvolvimento económico e social do concelho. Terá efeitos positivos neste FCD se refletir um uso sustentável do território salvaguardando os valores naturais e culturais em presença. Este eixo reflete um maior dinamismo, atratividade e investimento que poderão ser revertidos em prol da cidade em termos de requalificação e melhoria da qualidade urbana. Contudo, importa referir que o aumento das áreas destinadas à atividade industrial poderá conduzir à própria desqualificação dos espaços o que deverá ser acautelado o devido enquadramento ambiental e paisagístico. Por outro lado, incremento destas áreas pode conduzir a uma alteração significativa das acessibilidades e mobilidades ao nível das comunicações com o interior e exterior do território concelhio, geradoras ou atradoras de deslocações, podem constituir pontos de conflito, aumento de novas vias e fluxos, que se poderão traduzir em efeitos negativos. Sendo indispensável a definição de medidas de minimização dos mesmos.

FCD Dinamização Sócio-Económica

<p>EE 1 – Cultura, Património e Turismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Constituí uma valia para a população pois as ações previstas, nomeadamente a divulgação do concelho como destino turístico e cultural permitem fixar população, com o conseqüente crescimento populacional, associado ao dinamismo económico, e o conseqüente retardamento do processo de envelhecimento. • Gera uma relação de oportunidade para o critério Emprego/Competitividade, pois as ações previstas para promover o património concelhio, desenvolvendo estruturas e atividades de apoio permitirão diversificar a economia do concelho, com efeitos positivos ao nível do FCD dinamização sócio-económica.
<p>EE 2 – Ambiente e Proteção Civil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gera uma relação de oportunidade para a população, pois um ambiente valorizado constitui um atrativo para a fixação da população. • Ao qualificar e valorizar os elementos do ambiente, promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais do concelho, conservando e protegendo a diversidade paisagística e biofísica e ao minimizar os impactes associados a fatores de risco e de poluição, induz valorização territorial, e por essa via, no tipo de atividades que é possível atrair, assim como, na capacidade de fixação de atividades de reconhecido interesse, em termos de criação de valor e emprego gerando-se assim uma relação de oportunidade para a dinâmica económica deste território.
<p>EE 3 – Urbanismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta uma relação positiva com a população, pois a requalificação e a regeneração urbanas, através de projetos considerados estruturantes para o concelho, é um fator de atração de pessoas e famílias a estes locais. • Também apresenta uma relação positiva com o critério Emprego/Competitividade, pois a requalificação e a regeneração urbanas são fatores promotores de desenvolvimento e de criação de emprego.
<p>EE 4 – Desporto Recreio e Lazer</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Também constitui uma valia pois a prática de desporto, recreio e lazer pode ser um fator atrativo e, conseqüentemente, uma oportunidade, com efeitos positivos na fixação da população. • Ao dinamizar atividades concelhias também gera uma oportunidade para o critério Emprego/Competitividade, funcionando como um motor de desenvolvimento e de incentivo para a criação de emprego.
<p>EE 5 – Desenvolvimento Económico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta uma relação muito forte com o critério População, gerando uma relação de oportunidade para a fixação de população no concelho, resultante da dinâmica económica que está associada a este eixo. Evidenciam-se as atividades inerentes ao segundo OE (Incentivar a fixação, a diversificação e a modernização das empresas, e promover a qualidade dos produtos e serviços locais nos mercados nacional e internacional), pois constituem um pilar para o desenvolvimento ao necessitarem de mão-de-obra qualificada para as assegurar. • Permite criar condições atrativas de fixação de novos investimentos e diversificar a economia do concelho. Ao incentivar a fixação, a diversificação e a modernização das empresas, e promover a qualidade dos produtos e serviços locais nos mercados nacional e internacional, dinamiza-se a base económica local gerando-se assim uma forte relação de oportunidade para o critério Emprego/Competitividade. Este eixo funciona como uma alavanca de desenvolvimento e de criação de emprego, com efeitos positivos ao nível do FCD de dinamização sócio-económica. A melhoria dos níveis de qualificação profissional e escolar da população constituem uma oportunidade, com efeitos positivos no nível de emprego e no grau de competitividade.

FCD Valorização e Proteção Cultural e Paisagística

<p>EE 1 – Cultura, Património e Turismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O reforço das trajetórias identitárias e afirmação territorial, decorrem da preservação e valorização da diversidade dos elementos naturais e culturais em presença no território, permitindo, em simultâneo, qualificá-lo e divulgá-lo no exterior como imagem de excelência. • Na Planta de Ordenamento da proposta de Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, encontram-se assinalados os elementos que correspondem a Património Classificado ou em Vias de Classificação, o Património Arqueológico, e ainda elementos que constituam Outro Património Cultural – património arquitetónico, sítios com interesse e conjuntos urbanos com interesse. No capítulo IX da sua proposta regulamentar encontram-se as disposições referentes a estes valores culturais. • Os Espaços Florestais de Conservação e os Espaços Naturais Tipo II são espaços com interesse para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental que promovem e divulgam os valores naturais e paisagísticos em causa. Os Espaços Naturais Tipo II constituem ainda espaços com interesse para dinamizar atividades de recreio e lazer e turismo. • Os objetivos, deste eixo estratégico, estabelecem o desenvolvimento de diversas estruturas e atividades, como são exemplo: a dinamização de rotas temáticas e percursos pedestres, a criação de casas para turismo rural, a dinamização e valorização do centro de interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo, do Lugar de Varas do Enxarrique (Vila Velha de Ródão), do Centro de Interpretação das Portas de Ródão e das Portas do Almourão e dos espaços museológicos existentes em cada sede de freguesia, a requalificação de aldeias “típicas” do concelho (Foz do Cobrão, Vale do Homem e Vale do Cobrão) e o desenvolvimento de uma diversidade de atividades de âmbito cultural (exposições, seminários, oficinas artísticas, música, etc.) etc. Estas ações consideram-se como uma mais valia para este FCD, uma vez que a sua implementação deverá obrigar ao desenvolvimento de diversas tarefas de valorização, recuperação e manutenção do património natural, arquitetónico e arqueológico e da qualidade cénica da paisagem, bem como a uma monitorização sistemática que acautele efeitos adversos sobre o mesmo e a uma atualização regular dos inventários e informação referentes aos elementos culturais e naturais presentes. • Por outro lado, o desenvolvimento destas ações (por exemplo a construção das praias fluviais no Ribeiro do Cobrão e a construção do parque de campismo) acarretam o desenrolar de uma série de fatores que podem por em causa a integridade destes recursos, atendendo à pressão exercida sobre os mesmos, sobretudo ao nível de produção de resíduos com consequências na poluição dos solos e das águas e ao nível da descaracterização da paisagem local, que importa acautelar.
<p>EE 2 – Ambiente e Proteção Civil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os seus objetivos operacionais estão direcionados para a valorização e melhoria da qualidade dos elementos do meio ambiente com consequências muito positivas neste FCD, especificamente no critério paisagem. Neste contexto destaca-se a proposta da unidade de execução U4 “Parque Natural Regional do Almourão” onde se pretende a sua classificação como “Parque Natural Regional”, promovendo a proteção e a valorização dos sítios e estruturas patrimoniais e arqueológicas existentes e da paisagem em geral; a proposta das U5 e U6 “Planos de salvaguarda e valorização do património do Vale do Tejo” promovendo a proteção, a reabilitação e valorização do património natural e construído. Paralelamente, o plano prevê a constituição de uma Estrutura Ecológica Municipal, que integra um continuum natural constituído por um conjunto de elementos fundamentais para a proteção, conservação e valorização paisagista e ambiental dos espaços rurais e urbanos. Os espaços verdes e naturais potenciam a presença de elementos visuais e ornamentais qualificadores do espaço e contribuem para a dinâmica e para o equilíbrio da paisagem local.
<p>EE 3 – Urbanismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • a proposta de Alteração da 1.ª revisão do PDMVVR, através de projetos considerados estruturantes para o concelho, pretende promover a requalificação e

	<p>a regeneração urbanas, dando prioridade aos centros históricos e às sedes de freguesia, trazendo efeitos positivos diretos para este FCD, seja ao nível do património arquitetónico como da paisagem e da qualidade de vida dos munícipes. A requalificação do centro histórico de Vila Velha de Ródão e dos centros históricos das sedes de freguesia, a recuperação de imóveis e zonas degradadas, bem como a requalificação de algumas vias rodoviárias conduzem a uma melhoria da qualidade da área urbana, enriquecendo o património cultural e a paisagem em valor e carácter. A proposta de plano estabelece que as novas construções, sejam efetuadas na proximidade do património construído e que promovam conjuntos harmoniosos.</p>
EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • com o objetivo de dinamizar estas atividades, apresenta diversas oportunidades no âmbito deste FCD, permitindo melhorar e qualificar a paisagem. Nomeadamente a criação do “Parque Ambiental do Tejo/Enxarrique”, a implementar numa zona junto ao rio Tejo/albufeira do Fratel, com a constituição de passeios públicos, envolvidos por espaços verdes equipados, destinados a zonas de estadia, de recreio e de lazer. Refere-se também neste âmbito a requalificação e dinamização do Campo de Feiras, situado na sede do concelho.
EE 5 – Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> • A proposta de Alteração da 1.ª revisão do PDMVVR estabelece uma relação neutra com este FCD, na medida em que, por um lado, com a sua concretização é espetável o desenvolvimento de diversas tarefas de valorização, recuperação e manutenção do património natural, arquitetónico, arqueológico e paisagístico, por outro, enquadra ações que apontam para uma alteração da paisagem com impactes negativos. • Neste eixo estratégico enquadra-se a proposta das unidades de execução, U1, U2 e U3 “Zona industrial norte de Vila Velha de Ródão” – na cofinancia dos espaços industriais já existentes, aumentando significativamente a área destinada a espaços para atividades económicas. Este incremento pode conduzir a uma alteração significativa da paisagem com efeitos negativos. Esta zona insere-se na UP2 - Vale Agrícola, que apresenta uma sensibilidade paisagística média e uma absorção visual baixa, o que significa que a capacidade que apresenta em disfarçar ou absorver os eventuais impactes visuais negativos causados pelo projeto, sem alterar, contudo, a qualidade da paisagem, é baixa, sendo indispensável a definição de medidas de minimização e compensatórias destes efeitos. • A Alteração da 1.ª revisão do PDMVVR estabelece que o PP a elaborar no âmbito da concretização destas unidades terá de atender, de acordo com o artigo 105º do regulamento, a determinadas disposições que permitem minimizar ou compensar os eventuais efeitos negativos que a implementação de um projeto desta natureza possa acarretar no património cultural e na paisagem:

FCD Valorização e Proteção Ambiental

EE 1 – Cultura, Património e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Constituí uma valia para este FCD, desde que a abordagem de valorizar, preservar e promover o património concelhio seja integrada, e que as ações também contemplem o património natural. Neste contexto, a divulgação do concelho reveste-se de grande importância, estabelecendo uma relação de oportunidade com a Valorização e Proteção Ambiental.
EE 2 – Ambiente e Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se uma relação muito positiva entre os objetivos de desenvolvimento e este FCD. No que respeita ao critério Estrutura Ecológica e Valorização de Áreas Naturais, a análise de oportunidades e riscos aponta um conjunto de ações preconizados no plano que visam a valorização, preservação e promoção dos valores naturais presentes. A Estrutura Ecológica Municipal, integra áreas classificadas, áreas sensíveis, corredor ecológico estruturante (rio Tejo), corredores ecológicos secundários, áreas consideradas de maior relevância ecológica, REN e RAN e espaços verdes de recreio e lazer que se destinam a espaços dedicados ao usufruto da população. Estas áreas estabelecem um contínuo natural entre o espaço urbano e o espaço rural, salvaguardando manutenção da biodiversidade e a conectividade ecológica.

	<ul style="list-style-type: none"> • É bastante pertinente, gera uma relação de oportunidade, apresentando uma relação muito forte com o critério recursos hídricos, constituindo estes um pilar essencial dos ecossistemas e da qualidade de vida das populações. Considera-se uma mais valia para os recursos hídricos, pois, numa abordagem abrangente e integrada, qualificar e valorizar os elementos do meio contribui para garantir e promover a salvaguarda de recursos naturais, inclusive das massas de água, e definir opções estratégicas para um desenvolvimento sustentável. Pela mesma razão, o tipo de objetivos associados a este eixo estratégico, têm uma relação positiva com o critério “Ar” e “Ruído”, no sentido da mitigação dos impactes atualmente existentes.
EE 3 – Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> • A definição da Estrutura Ecológica Municipal que estabelece um contínuo natural entre o espaço urbano e o espaço rural, salvaguarda o equilíbrio ecológico e ambiental, revestindo-se de importância acrescida para este FCD. • Apresente uma relação positiva com o critério Recursos Hídricos, pois considera-se que promover a requalificação e a regeneração urbanas, através de projetos considerados estruturantes para o concelho, induz benefícios na qualidade ambiental, promovendo a utilização e gestão sustentável deste recurso. • Por outro lado, a intervenção por parte da população nos processos decisivos no âmbito de estratégias de desenvolvimento é preponderante para o sucesso dos objetivos de sustentabilidade que se ambicionam atingir neste FCD.
EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Constituí uma valia para os recursos hídricos pois a criação de espaços verdes destinados à prática de desporto, recreio e lazer reveste-se de grande importância, pois potencia a funcionalidade deste recurso. • O tipo de objetivos associados a este eixo estratégico, têm uma relação positiva com os critérios “Ar” e “Ruído”, no sentido da mitigação dos impactes atualmente existentes e consequente melhoria da qualidade ambiental.
EE 5 – Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> • Poderá exercer pressão sobre os Recursos Hídricos e consequentemente causar impacto negativo. Refere-se o aumento de produção de resíduos por parte da população e das atividades económicas, nomeadamente as industriais, que se não tratados e dispostos de forma inadequada no ambiente podem ocasionar a contaminação da água. Questões de saneamento e da gestão integrada dos recursos hídricos deverão ser devidamente acauteladas. • As principais fontes de degradação da qualidade do ar correspondem a unidades industriais cujo licenciamento não é da competência municipal. Como tal, a capacidade que o PDM terá para alterar substancialmente as emissões dessas unidades industriais será diminuta, podendo, quanto muito, condicionar a ocupação das zonas mais afetadas (potencialmente complicado face à área de influência dos impactes em causa). De qualquer forma a melhoria da participação pública e da informação aos cidadãos sobre a qualidade do ar poderá proporcionar uma maior sensibilização para os problemas existentes e, assim, criar dinâmicas tendentes a uma melhor aceitação dos mesmos e, no limite, à sua progressiva minimização.

FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

EE 1 – Cultura, Património e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • A divulgação do concelho como destino turístico e cultural integra ações que contemplam a valorização do património natural, estabelecendo uma relação de oportunidade com este FCD, não se identificando uma relação de risco para a prevenção e minimização dos riscos naturais e tecnológicos.
EE 2 – Ambiente e Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Relevante para a prevenção e minimização dos riscos naturais e tecnológicos. Há a salientar a existência do PMEPC e do PMDFCI. Estes importantes instrumentos de gestão dos riscos foram contemplados na Alteração da 1.ª revisão do PDM, dando cumprimento às exigências legais existentes sobre esta matéria e criando disposições, ao nível do Plano e do regulamento, para, dentro daquilo que são as possibilidades de intervenção, direta ou indireta, compatíveis com um PDM enquanto instrumento de gestão territorial, prevenir a ocorrência ou reduzir as

	<p>possíveis consequências de eventos enquadráveis nas tipologias de riscos consideradas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esta relação de oportunidade está refletida quer no conteúdo da proposta do Plano, quer no seu regulamento, pelo que se considera existir efetivamente um alinhamento, estratégico mas também tático, do Plano com o Fator Crítico para a Decisão “Riscos Naturais e Tecnológicos”. • As zonas inundáveis em solo urbano encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento do Plano, de acordo com o n.º 1 do artigo 2º do DL n.º 364/98, de 21 de novembro. A sua proposta regulamentar, nomeadamente o artigo 75º, estabelece as restrições e os condicionalismos à ocupação destas áreas para fazer face ao risco de cheia. • No que respeita à Perigosidade de Risco de Incêndio, as áreas de perigosidade alta e muito alta encontram-se cartografadas na Planta de Condicionantes e o seu regime jurídico definido no artigo 7º do Regulamento do Plano.
EE 3 – Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> • O incremento de novos espaços urbanos revela alguns efeitos negativos sobre este FCD, nomeadamente no que respeita ao aumento de área impermeabilizada e conseqüente risco de inundação na área do plano, devendo ser acauteladas estas situações e adotadas medidas compensatórias que maximizem a permeabilidade dos solos. • Estas medidas encontram-se refletidas quer no conteúdo da proposta do Plano, quer no seu regulamento, pelo que se considera existir efetivamente um alinhamento, estratégico mas também tático, do Plano com este FCD.
EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • A criação de espaços destinados à prática de desporto, recreio e lazer potencia o aumento de áreas permeáveis constituindo uma oportunidade no âmbito deste FCD.
EE 5 – Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> • A criação de novos espaços destinados a atividade económicas, com destaque para a área destinada à indústria contribui para o aumento da área impermeabilizada na área do plano e conseqüente efeitos nefastos no âmbito deste FCD. A significância deste impacto poderá ser reduzida se se adotar as medidas e recomendações de planeamento e de monitorização apresentadas no RA. Também aqui o conteúdo do plano e o regulamento refletem medidas compensatórias e de minimização, nomeadamente no que respeita à maximizando das áreas de infiltração da água no solo dentro dos limites do plano através da criação áreas permeáveis como sejam os espaços verdes.

Em suma, verifica-se uma relação positiva entre os eixos estratégicos e objetivos específicos de desenvolvimento do Plano e os FCDs. Considera-se que a análise de oportunidades e riscos revela que o Plano, como instrumento de gestão do território, apresenta um conjunto de princípios de sustentabilidade ambiental aliado às linhas de orientação estratégica e objetivos que visam compatibilizar, de forma integrada, a proteção e valorização dos aspetos ambientais, sociais, económicas, políticas e institucionais, nas suas diferentes fases de atuação.

O Quadro 9 apresenta-se, sob a forma de síntese, a avaliação das oportunidades e riscos resultantes da implementação da proposta de Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR tendo em consideração 2 cenários:

- **Cenário 1** - Avaliação dos efeitos associados à alternativa zero, ou seja, à não implementação do PDM, tendo por base a análise da situação atual, efetuada para cada FCD;
- **Cenário 2** - Avaliação dos efeitos associados à implementação da proposta do PDM.

Quadro 9 - Quadro Síntese das oportunidades e riscos

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PDM	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PDM
ORDENAMENTO E Gestão DO TERRITÓRIO	Ocupação do território	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Povoamento desordenado e com tendência para a dispersão; ▪ Relativa homogeneidade de uso do solo ▪ Manutenção de uma parte muito importante dos solos sem serem urbanizados. 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de projetos geradores de dinâmica económica e social em consonância com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial. ▪ Equilíbrio entre espaço rural/natural e espaço urbano ▪ Controlo da urbanização difusa ▪ Aumento da pressão sobre a ocupação do solo, mas procurando a salvaguarda do solo agrícola de qualidade superior e a qualificação dos aglomerados em promover o acréscimo de Solo Urbano
	Requalificação Urbana	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de carências em termos de espaços infraestruturados, qualificados e modernos; ▪ Degradação do sistema urbano existente. 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de projetos geradores de dinâmica económica e social em consonância com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial; ▪ Controlo da urbanização difusa; ▪ Criação de um espaço qualificado e atrativo; ▪ Qualificação dos aglomerados urbanos

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PDM	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PDM
	Acessibilidades e Mobilidade	 <ul style="list-style-type: none"> Ausência de uma rede de Transportes coletivos, que satisfaça população residente nos concelhos limítrofes. 	 <ul style="list-style-type: none"> Potencia o desenvolvimento concelhio/regional associado às acessibilidades rodo e ferroviário.
DINAMIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA	População	 <ul style="list-style-type: none"> Efeitos negativos na qualidade de vida das populações Agravamento da tendência de envelhecimento da população 	 <ul style="list-style-type: none"> Dinamização da coesão social
	Emprego/Competitividade	 <ul style="list-style-type: none"> Subaproveitamento dos recursos e potencial económico Aumento dos riscos associados às pressões da edificação desordenada Abandono agrícola e degradação dos espaços 	 <ul style="list-style-type: none"> Aumento e requalificação da oferta, da dinamização social e económica, do emprego e da coesão social
VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO CULTURAL E	Património arquitetónico e arqueológico	 <ul style="list-style-type: none"> Avanço gradual do mau estado de conservação do património edificado; Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos sítios arqueológicos e imóveis classificados e com interesse 	 <ul style="list-style-type: none"> Valorização do património arquitetónico e arqueológico local

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PDM	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PDM
	Paisagem	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contínua situação de desqualificação com agravamento na degradação da paisagem. ▪ Aumento da área de monoculturas de exploração florestal (pinheiro bravo e eucalipto) – risco de incêndio e redução de biodiversidade. 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da qualidade paisagística com intervenções adequadas e integradas na paisagem local.
QUALIDADE AMBIENTAL	Estrutura ecológica e valorização de áreas naturais	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de galerias ripícolas em bom estado de desenvolvimento; ▪ Presença de habitats e ecossistemas que propiciam a vida e fixação de espécies de elevado valor florístico e faunístico; ▪ Aumento da área de monoculturas de pinheiro bravo e eucalipto, incrementando o risco de incêndio e redução de biodiversidade. ▪ Eutrofização de albufeiras e linhas de água ▪ Contaminação dos cursos de água e dos aquíferos ▪ Degradação dos solos com maior aptidão agrícola, nomeadamente das áreas de RAN devido ao abandono da atividade agrícola. 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de uma rede favorável à promoção da Biodiversidade – <i>continuum naturale</i> ▪ Preservação da vegetação ripícola ▪ Valorização das linhas de água ▪ Valorização dos espaços agrícolas e florestais
	Recursos hídricos	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção da atual situação 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Efeitos positivos no que respeita aos Recursos Hídricos.

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PDM	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PDM
	Qualidade do Ar	 ▪ Tendência de manutenção da situação atual	 ▪ Prevê-se que os efeitos potencialmente decorrentes da revisão do PDM, ainda que tendencialmente positivos, serão pouco significativos
	Ruído	 ▪ Tendência de manutenção da situação atual.	 ▪ Contemplação de mecanismos de gestão das implicações do ruído sobre a gestão do território, em conformidade com as disposições legais em vigor
RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICO	Riscos naturais	 ▪ Existência de dois instrumentos (o PMEPC e o PMDFCI) da maior relevância para a gestão dos riscos naturais	 ▪ Cumprimento às exigências legais existentes e a implementação das disposições previstas no do PDM e no seu regulamento reforçará a oportunidade de prevenir a ocorrência ou reduzir as possíveis consequências de eventos enquadráveis nas tipologias de riscos consideradas
	Riscos Tecnológicos	 Existência de dois instrumentos (o PMEPC e o PMDFCI) da maior relevância para a gestão dos riscos tecnológicos	 ▪ Cumprimento às exigências legais existentes e a implementação das disposições previstas no do PDM e no seu regulamento reforçará a oportunidade de prevenir a ocorrência ou reduzir as possíveis consequências de eventos enquadráveis nas tipologias de riscos consideradas



Manutenção



Oportunidade

5.5 MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES PARA SEGUIMENTO

5.5.1 Medidas e recomendações de planeamento

- Integrar na Planta de Condicionantes do Plano, uma vez estabelecidas pela entidade responsável, as servidões legais respeitantes às infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais
- Garantir a minimização dos impactes sobre os solos de maior aptidão agrícola e da RAN
- Garantir a minimização dos impactes sobre as áreas da REN
- Maximizar a permeabilidade dos solos
- Assegurar uma estrutura orientadora de implantação espacial de equipamentos coletivos e de atividades económicas atenuadoras das desigualdades espaciais
- Maximizar a articulação equilibrada entre o urbano e o rural, com uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos de utilização coletiva que promovam a polivalência, a complementaridade e a equidade territorial.
- Recomenda-se uma estruturação da rede rodoviária que constitua um quadro de referências em matéria de gestão e planeamento, deverá conter uma hierarquização funcional que permita segregar os vários tipos de tráfego envolvidos.
- Recomenda-se que as características físicas e geométricas das redes viárias, deverão ser mais adequadas ao desempenho das respetivas funções. Aplicar critérios de gradual ajustamento do dimensionamento do espaço viário aos projetos de criação ou remodelação dos arruamentos, tendo em vista os objetivos de reduzir a pressão automóvel no espaço urbano, a redução da taxa de utilização de veículo próprio, a diminuição do custo das infraestruturas e a acalmia de tráfego em zonas exclusivamente residenciais.
- Recomenda-se uma melhor cobertura da rede pública de transportes coletivos.
- Relativamente às deslocações pedonais e outros modos leves de transporte em geral, deverão ser incentivadas, formalizando corredores para circulação pedestre e/ou modos suaves de transporte, disponibilizando passeios, ciclovias e zonas de suportes para estacionamento de bicicletas.
- Adotar boas práticas em termos de mobilidade condicionada, especialmente nos casos em que estiverem em causa acessos a zonas públicas, equipamentos e outras áreas de previsível concentração populacional e algumas intervenções na rede viária.
- Na zona industrial de Vila Velha de Ródão, assegurar melhores condições de mobilidade em modos suaves, tais como a instalação de suportes para estacionamento de bicicletas e, onde viável, a criação de passeios/percursos pedonais e cicláveis entre a área central da vila e esta zona.
- Maximizar a integração das iniciativas de desenvolvimento em curso no âmbito do Plano com as estratégias e iniciativas de âmbito regional. Como exemplo, apontam-se algumas iniciativas já propostas pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROTC).

- Recomenda-se também que sejam tomadas medidas a implementar nas fases seguintes de desenvolvimento, concretização e exploração dos investimentos previstos no Plano destinadas a maximizar a captação dos benefícios económicos e sociais gerados pelos projetos ao nível local e/ou regional. Para isso, recomenda-se que nessas fases seja dada preferência à contratação de recursos humanos oriundos da região, bem como ao aproveitamento de bens e serviços provenientes da região
- São ainda de recomendar todas as ações e iniciativas que possam contribuir para um processo de seguimento das estratégias de desenvolvimento económico previstas ao nível do Plano, tendo em conta a avaliação da sua consistência, integração e concordância com eventuais iniciativas de âmbito regional que venham a ser desenvolvidas
- Integrar os valores culturais na vivência urbana e nas experiências, não apenas dos visitantes, mas também dos residentes
- Definir roteiros que integrem o património arqueológico e arquitetónico, com maior relevância e articulá-los com a prática de atividades culturais e recreativas, dotando-os de condições mínimas de visitação
- Desenvolver estratégias e ferramentas para divulgar, gerir, proteger e valorizar o património concelhio.
- Sempre que se ponderem intervenções que possam interferir direta ou indiretamente na integridade do património cultural, recomenda-se:
 - Na implementação dos projetos/ações, o cumprimento das imposições vigentes na legislação portuguesa para a preservação e conservação do Património Cultural, em particular, a Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei nº107/01 de 8 de Setembro de 2001, 209/01 DR Série I-A: 5808-5829) e o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei nº270/99 de 15 de Julho, 163/99 DR Série I-A: 4412-4417)
 - Recomenda-se a especificação de pormenor dos projetos programados. Para cada projeto em concreto, deverá ser definida a área específica de incidência, a duração e a caracterização pormenorizada das intervenções e obras a desenvolver. As ações que implicam a intervenção no subsolo deverão igualmente ser devidamente caracterizadas e pormenorizadas, nomeadamente no que se refere à sua extensão, profundidade, meios e materiais a empregar e objetivos.

5.5.2 Medidas e recomendações de monitorização

O Quadro 10 compreende as recomendações inerentes ao programa de monitorização ambiental que permitem o controlo e avaliação continua a levar acabo durante a fase de implementação e vigência do plano, tendo em vista o cumprimento do disposto no artigo 11º do regime jurídico da AAE.

Quadro 10 - Recomendações para o programa de monitorização

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Instrumentos de Gestão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Compatibilizar e articular a proposta de ocupação do Plano com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial e com as servidões e condicionantes do uso do solo em vigor 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a implementação do Plano e aferir a sua articulação e compatibilização com as orientações dos IGTs e com as servidões e condicionantes do uso do solo em vigor 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas 	m ² (%)	Anual	Manter/Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> Cartografia CMVVR CCDR Centro IGTs
				<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de áreas excluídas da REN e /ou ocupadas com edificações compatíveis e com RIP 	m ² (%)	Anual	Manter/Diminuir	
	Solos, uso e Ocupação do Território	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização da proposta de ocupação do solo com o equilíbrio entre o espaço urbano e espaço rural/natural Assegurar a compatibilidade de ocupação do solo com as condicionantes impostas pela presença de estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a implementação do Plano assegurando a ocupação do solo com o equilíbrio entre o espaço urbano e espaço rural/natural 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de execução do solo programado 	%	Anual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> Cartografia CMVVR
				<ul style="list-style-type: none"> Taxa de concretização das UOPG 	%	Anual	Manter/Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> Taxa de execução do espaço de atividades económicas 	%	Anual	Manter/Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos 	%	Anual	Manter/Aumentar	
<ul style="list-style-type: none"> N.º de Pedidos de Regularização de Atividades Económicas no Âmbito do RERAE 	N.º	Anual	N.A.					
<ul style="list-style-type: none"> Área condicionada pela presença de estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto 	m ²	Anual	Manter					

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
	Requalificação Urbana	Requalificação e regeneração do espaço urbano	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar as intervenções municipais previstas nas áreas a reabilitar e requalificar Acompanhar o desenvolvimento de projetos de recuperação de áreas degradadas Monitorizar as áreas destinadas a espaços verdes urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de regeneração urbana e requalificação do espaço público 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
				<ul style="list-style-type: none"> Projetos de recuperação de áreas degradadas 	nº	Anual	Aumentar	
			<ul style="list-style-type: none"> Área dos espaços verdes urbanos 	m²	Anual	Aumentar		
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o licenciamento e a implantação de equipamentos de utilização coletiva e estabelecer limites a partir dos quais será necessário equacionar a expansão das valências disponibilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de utilização de equipamentos coletivos 	%	Anual	Manter/Aumentar	
	Acessibilidades e Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> Garantir um planeamento integrado ao nível da rede viária e contribuir para a reformulação e melhoria da rede de acessibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as características físicas tendo em conta a hierarquização das redes Monitorizar através da reclassificação rodoviária, a construção de novas vias ou beneficiação das existentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de vias a necessitar de reabilitação e reclassificação 	nº	Bi-anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
				<ul style="list-style-type: none"> N.º de utentes das vias 	nº	Bi-anual	-	
				<ul style="list-style-type: none"> Fluxo rodoviário nas acessibilidades concelhias 	nº/h	Bi-anual	-	
				<ul style="list-style-type: none"> N.º médio de carreiras concelho/regional 	nº	Anual	Aumentar	
		<ul style="list-style-type: none"> Valorizar a rede de transportes coletivos e sua articulação com as acessibilidades a nível concelho e regional 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o número de carreiras, de modo a assegurar uma melhor distribuição a nível concelho/regional 					

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
		<ul style="list-style-type: none"> Promover uma mobilidade mais “sustentável” 	<ul style="list-style-type: none"> Aferir a variação nos níveis de utilização dos diversos modos de transporte e o cumprimento de metas para redução do uso do transporte individual 	<ul style="list-style-type: none"> N.º médio de utentes dos diversos modos de transporte 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> MVVR Operadoras de transporte Inquéritos aos utilizadores
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução da segurança das deslocações pedonais e cicláveis e avaliar a eficácia das medidas que vão sendo introduzidas 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de acidentes registados 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
			<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar e aferir a aplicação dos Planos de Acessibilidades nos instrumentos municipais de ordenamento e gestão territorial 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de espaços públicos com barreiras arquitetónicas 	nº	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
DINAMIZAÇÃO SOCIO ECONÓMICA	População	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação, valorização e integração profissional da população 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação das dinâmicas de crescimento/regressão demográfica, bem como da qualificação da população 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da população residente 	nº	10 anos	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> INE Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social CMVVR
				<ul style="list-style-type: none"> Qualificação/níveis de instrução da população 	nº	Bi-anual	Aumentar	
		<ul style="list-style-type: none"> Novas e mais amplas respostas sociais a partir dos equipamentos coletivos e serviços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação da capacidade de geração de investimento nas atividades de cariz social 	<ul style="list-style-type: none"> Capitação da oferta em equipamentos coletivos e serviços públicos de cariz social 	m²/hab.	Bi-anual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> INE CMVVR

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
	Emprego / Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Promover a fixação da população através da atração de atividades económicas e criação de novos postos de trabalho e outras respostas sociais promotoras da fixação 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da estrutura da população ativa e da empregabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> População empregada por atividade económica 	nº ou %	Bi-anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> INE Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social CMVVR CCDR Centro Turismo de Portugal CMVVR Associações de Atividades Turísticas Associações de Recreio Náutico Associações de pesca
				<ul style="list-style-type: none"> Nº de empregos criados 	nº	Bi-anual	Aumentar	
		<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade e atratividade do município, promovendo a diversificação da estrutura económica 	<ul style="list-style-type: none"> Identificação da capacidade de geração de investimento e emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do volume de negócios das unidades empresariais 	nº	Bi-anual	Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> População empregada, por setor de atividade económica 	nº	Bi-anual	Aumentar	
		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a atratividade turística do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação das dinâmicas ao nível turístico, bem como das condições de atração de novas iniciativas 	<ul style="list-style-type: none"> Oferta em termos de alojamento turístico (quer em quantidade, quer em qualidade) 	nº	Anual	Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> Atividades turísticas e população aderente 	nº	Anual	Aumentar	
VALO RIZAÇÃO E	Património arquitetónico e arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do património arquitetónico 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e monitorização frequentes, dos valores culturais concelhios, implementando procedimentos ao 	<ul style="list-style-type: none"> Sítios classificados e em vias de classificação 	nº	Bianual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR DGPC
				<ul style="list-style-type: none"> Áreas arqueológicas 	nº	Bianual	Manter/Aumentar	

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
		<ul style="list-style-type: none"> Proteção e valorização do património arqueológico 	nível do planeamento, licenciamento, fiscalização e promoção cultural do património.	<ul style="list-style-type: none"> Património arquitetónico classificado e em vias de classificação 	nº	Bianual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
			<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do desenvolvimento das atividades ou projetos valorativos do património arquitetónico e arqueológico e da identidade local 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de projetos e atividades valorativas do património e paisagens culturais 	nº	Bianual	Manter/Aumentar	
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorização de ações promotoras do binómio património/educação 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações educativas 	nº	Bianual	Aumentar	
			<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a promoção de novas classificações 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de propostas de classificação de património arquitetónico 	nº	Bianual	Manter/Aumentar	
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar a qualidade cénica e a diversidade da Paisagem Reforço da identidade do território 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar e avaliar a qualidade da paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> Número de intrusões visuais 	nº	Bianual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
				<ul style="list-style-type: none"> Área do Município integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico 	m2	Bianual	Manter/Aumentar	
<ul style="list-style-type: none"> Nº de pontos notáveis 				nº	Bianual	Manter/Aumentar		
VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	Estrutura ecológica e valorização de áreas naturais	<ul style="list-style-type: none"> Preservação de habitats naturais, áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização dos habitats e espécies da fauna e flora com interesse para a conservação, incluindo áreas de habitats de interesse comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas com valor natural, protegidas e classificadas. Sítios geológicos (GEOSSITIOS) 	m2	Bianual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> Universidades ICNF CMVVR
				<ul style="list-style-type: none"> Área de distribuição e efetivos populacionais de espécies protegidas 	m2	Bianual	Manter/Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> Áreas de habitats de interesse comunitário 	ha	Bianual	Manter/Aumentar	

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados	
				▪ N.º de espécies com estatuto de conservação desfavorável	nº	Bianual	Manter/Aumentar		
				▪ Número e área das descontinuidades/ continuidades introduzidas nos ecossistemas e habitats naturais	nº e m ²	Bianual	Diminuir		
		▪ Promover a biodiversidade evitando a fragmentação dos ecossistemas e habitats naturais	▪ Monitorização das áreas afetadas a uma adequada manutenção da biodiversidade e caso necessário estabelecer metas a atingir	▪ N.º de indústrias em áreas protegidas	nº	Anual	Diminuir		▪ CMVVR ▪ ICNF
		▪ Promover o <i>Continuum naturale</i>	▪ Acompanhamento do desenvolvimento da Estrutura Ecológica do Plano	▪ N.º de indústrias em áreas nucleares e corredores ecológicos constantes da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental	nº	Anual	Diminuir		▪ CMVVR
	Recursos hídricos	Garantir a proteção e valorização da rede hidrográfica		▪ Acompanhamento da prossecução das medidas de proteção e de conservação da rede hidrográfica ▪ Monitorizar a evolução e o grau de eficiência do consumo dos recursos hídricos por parte dos diferentes sectores utilizadores, de forma a desencadear eventuais ajustes e ações de correção	▪ Área ocupada por RAN, REN e Domínio Público Hídrico	ha	Anual	Manter	▪ CMVVR ▪ Águas Centro ▪ APA /ARH Tejo e Oeste ▪ CCDR Centro ▪ CMVVR ▪ APA /ARH Tejo e Oeste ▪ CMVVR ▪ Águas Centro
					▪ Extensão, em metros, de linhas de água requalificadas, com recurso a técnicas no domínio da bioengenharia	m	Anual	Aumentar	
					▪ Área ocupada por usos e atividades indutoras de pressões significativas na rede hidrográfica	m ²	Anual	Diminuir	
					▪ Necessidades hídricas dos vários tipos de uso, face às disponibilidades hídricas superficiais na área dominada pelo Plano	%	Anual	Manter/Diminuir	
					▪ Nível de atendimento da população por sistemas de drenagem	%	Anual	Manter/Aumentar	

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados		
				▪ Perdas de água nos sistemas de abastecimento	%	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ Águas Centro ▪ APA / ARH Tejo e Oeste 		
				▪ Quantidade de Água residual reutilizada	%	Anual	Aumentar			
		▪ Garantir o bom estado ecológico e químico das águas superficiais e subterrâneas	▪ Implementar sistemas de controlo da qualidade da água	▪ Estado de qualidade das águas superficiais e subterrâneas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de emissão de poluentes ▪ Percentagem de áreas cobertas com rede de saneamento separativo e tratamento final terciário ▪ Nível de erradicação de sobrecargas em termos de captações e descargas 	Classe	Semestral		Bom	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ Águas Centro ▪ APA / ARH Tejo e Oeste
						%	Anual		Diminuir	
						%	Anual		Manter/Aumentar	
						%	Anual		Diminuir	
		▪ Garantir o bom estado quantitativo das águas subterrâneas	▪ Monitorizar a área impermeabilizada do plano que possa vir a comprometer o bom estado quantitativo das águas subterrâneas	▪ Área impermeabilizada VS capacidade de recarga dos aquíferos	▪ Áreas de máxima infiltração	%	Anual		Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ Águas Centro ▪ APA / ARH Tejo e Oeste
						m ²	Anual		Aumentar	
		▪ Garantir a distribuição de água destinada ao consumo humano e um bom nível de atendimento relativo aos sistemas de abastecimento e de tratamento das águas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorização periódica da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo e por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais ▪ Efetuar a monitorização periódica no sistema de abastecimento público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo ▪ % da população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais ▪ Qualidade da água para consumo humano (% de cumprimento do Valor Paramétrico – V.P.) 	%	Anual	Aumentar		<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ Águas Centro ▪ APA / ARH Tejo e Oeste 	
					%	Anual	Aumentar			
					%	Trimestral	Manter/Aumentar			▪ CMVVR

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade do ar Diminuir as emissões de poluentes atmosféricos e de gases de efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a qualidade do ar no Concelho com monitorização periódica da qualidade do ar no que respeita aos poluentes SO₂, NO_x, Ozono e PM₁₀ 	<ul style="list-style-type: none"> Variação das concentrações dos poluentes analisados entre campanhas 	%	2 anos	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas de monitorização da qualidade do ar (estações móveis ou fixas)
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualidade do ambiente sonoro tendo em conta as fontes sonoras existentes e previstas e garantir os níveis adequados à saúde humana 	<ul style="list-style-type: none"> Atualização periódica dos mapas de ruído e análise da evolução dos indicadores estabelecidos para a avaliação da exposição da população às diferentes classes de ruído e das situações de conflito. 	<ul style="list-style-type: none"> Recetores e população expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado em zonas sensíveis e mistas 	n.º	2 anos	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR Semelhantes ao necessário à elaboração do Mapa de Ruído realizado no âmbito da Revisão do Plano
RICOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	Riscos naturais	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção e minimização de riscos naturais Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases com efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> Face ao risco de cheia e inundação, acompanhar a evolução da área impermeabilizada em consequência da ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada em consequência da ocupação 	m ²	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR ANEPC Outros organismos da proteção civil
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar e cartografar as áreas percorridas por incêndios florestais e as áreas de perigosidade “alta” e “muito alta” 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução do n.º de ocorrências de cheias e inundações 	n.º	Anual	Diminuir	
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorização das zonas identificadas como apresentando maior risco de deslizamento de terras 	<ul style="list-style-type: none"> Área de povoamentos florestais percorrida por incêndios 	m ²	Anual	Diminuir	
			<ul style="list-style-type: none"> Evolução da área do concelho suscetível a deslizamentos de terras 	<ul style="list-style-type: none"> Área de povoamentos florestais percorrida por incêndios 	m ²	Anual	Diminuir	

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados		
			<ul style="list-style-type: none"> Analisar os resultados dos exercícios do PMEPC 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de exercícios do PMEPC efetuados 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR, com base nos exercícios realizados 		
			<ul style="list-style-type: none"> Criação de um registo de acidentes ou incidentes relacionados com os riscos naturais (incluindo dados relativos à ocorrência de cheias que permitam uma adequada análise do fenómeno, por exemplo cotas máximas atingidas, edifícios ou infraestruturas afetadas, prejuízos, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de acidentes ou incidentes ocorridos anualmente relacionados com riscos naturais com incidência no concelho 	nº	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR ANEPC Agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio 		
			<ul style="list-style-type: none"> Face à problemática das alterações climáticas, acompanhar iniciativas municipais que visam promover a eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> Edifícios públicos com certificação energética 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR 		
		Riscos Tecnológicos	Prevenção e redução do risco	Monitorizar e cartografar novos estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto e respetivas distâncias de segurança ou zonas de perigosidade, minimizando o risco através do planeamento compatível com essas zonas.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de novos estabelecimentos industriais 	<ul style="list-style-type: none"> Área abrangida pelas faixas de perigosidade de risco de acidentes industriais 	nº	Anual	-	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR ANEPC
					<ul style="list-style-type: none"> Nº de usos não compatíveis (ex. zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis) com as faixas de perigosidade de risco de acidentes industriais 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de exercícios do PMEPC efetuados 	m ²	Anual	-	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR ANEPC APA
					<ul style="list-style-type: none"> Nº de exercícios do PMEPC efetuados 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de exercícios do PMEPC efetuados 	nº	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
					<ul style="list-style-type: none"> Analisar os resultados dos exercícios do PMEPC, com o objetivo de retirar ensinamentos e 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de exercícios do PMEPC efetuados 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR, com base nos exercícios realizados

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
			alimentar o processo de revisão desse plano					
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de um registo de acidentes ou incidentes relacionados com os riscos tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de acidentes ou incidentes ocorridos anualmente relacionados com riscos tecnológicos com incidência no concelho 	nº	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ ANEPC ▪ Agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimentos enquadrados no DL nº 150/2015, de 5 de agosto (n.º) 	nº	Anual	Diminuir	
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas expostas aos cenários de acidente (n.º) 	nº	Anual	Diminuir	

5.6 QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

Entidades	Ações a desenvolver
CMVVR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter o diálogo institucional com as várias escalas de planeamento supra municipal; ▪ Implementar, gerir e monitorizar as ações do Plano; ▪ Garantir a gestão e manutenção dos espaços públicos; ▪ Monitorizar o incumprimento da Lei das Acessibilidades; ▪ Assegurar a qualidade da rede viária, ciclovias e rede pedonal; ▪ Assegurar a cobertura da rede de transportes coletivos; ▪ Integração dos espaços e equipamentos previstos no Plano nas ações de promoção do Concelho; ▪ Coordenação e compatibilização da atuação das diferentes entidades operando na área de intervenção do Plano; ▪ Criar, manter e atualizar o inventário georreferenciado e a informação respeitante ao património cultural; ▪ Promover projetos qualificadores da paisagem; ▪ Estabelecer diretrizes e metas de proteção e valorização ambiental e assegurar a sua monitorização em articulação com as entidades nas respetivas áreas de competência; ▪ Promover a preservação das linhas de água e área envolvente; ▪ Promover a preservação dos planos de água (albufeiras); ▪ Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos; ▪ Promover a recuperação e revitalização de áreas verdes de valor ecológico e de novas áreas verdes; ▪ Estabelecer orientações e metas municipais de proteção dos recursos hídricos assegurando o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental; ▪ Atualização periódica dos mapas de ruído e elaboração de planos de redução do ruído; ▪ Articulação entre as diferentes entidades integrantes do SNPC tendo em vista a concretização de estudos e ações tendentes à prevenção dos riscos e ao planeamento de emergências; ▪ Promover a participação pública;
APA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental.
CCDR.Centro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional no âmbito da política de desenvolvimento económico e social do País; ▪ Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente, de conservação da natureza, de ordenamento do território e de cidades; ▪ Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial e assegurar a sua articulação com o PNPOT; ▪ Coordenar os serviços desconcentrados de âmbito regional, no domínio do planeamento, do ordenamento do território, da coordenação estratégica e do desenvolvimento económico, social e ambiental; ▪ Apoiar tecnicamente a autarquia e as suas associações.
DGADR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental, nomeadamente no que se refere aos solos integrados na RAN.

Entidades	Ações a desenvolver
Águas Centro	<ul style="list-style-type: none"> Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos
	<ul style="list-style-type: none"> Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos Promover a preservação das linhas de água e área envolvente Promover a preservação dos planos de água (albufeiras)
ICNF	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizadas as informações referentes às áreas classificadas e com interesse para a conservação; Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais.
DGPC	<ul style="list-style-type: none"> Criar, manter e atualizar o inventário georreferenciado e a informação respeitante ao património cultural.
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar e monitorizar os serviços de transportes terrestres.
Direcção-Geral de Energia e Geologia	<ul style="list-style-type: none"> Conceção, promoção e avaliação das políticas relativas aos recursos geológicos, numa ótica do desenvolvimento sustentável.
Infraestruturas de Portugal, S.A.	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a gestão e monitorização do tráfego; Assegurar a qualidade da rede rodoviária e ferroviária; Assegurar a cobertura da rede.
Turismo de Portugal	<ul style="list-style-type: none"> Integração dos espaços e equipamentos previstos no Plano nas ações de promoção da Região.
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> Identificação da capacidade de geração de investimentos e emprego.
Unidades industriais presentes no Concelho	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar ativamente na informação à população sobre as emissões poluentes da sua responsabilidade e na identificação e concretização de oportunidades de melhoria.
ONGA	<ul style="list-style-type: none"> Participação nos programas de monitorização ambiental.
Empresas com atividades / instalações que impliquem riscos tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parceiras ou, no mínimo, mecanismos de articulação com a CMVVR tendo em vista a prevenção de riscos e atuação em caso de acidentes (para além das suas obrigações legais nesta matéria).
Organismos integrantes do Sistema Nacional de Proteção Civil (SNPC) de âmbito regional e nacional	<ul style="list-style-type: none"> Articulação entre as diferentes entidades integrantes do SNPC tendo em vista a concretização de estudos e ações tendentes à prevenção dos riscos e ao planeamento de emergências.
CMVVR e agentes de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> Colaboração na criação de um registo de ocorrências relacionadas com riscos ambientais destinado a suportar a política do Município para a gestão desses riscos.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> Participação nas ações promovidas pela CMVVR e associações locais; Participar ativamente nos processos de participação pública; Integrar movimentos e associações culturais e de proteção do ambiente; Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental; Colaborar nos processos de gestão eficiente da água.

6 CONCLUSÃO

A presente Alteração à 1.^a Revisão do PDM, prende-se, fundamentalmente, com o facto do atual RJGT ter suprimido a desagregação da qualificação do solo urbano nas categorias operativas de solos urbanizados e solos urbanizáveis, tendo este último conceito sido extinto. Trata-se, pois, de uma alteração com caráter bastante específico, não se pretendendo alterar, no presente contexto, a estratégia de ordenamento do território.

Conclui-se, que na presente alteração do PDM, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão pretende assegurar os seguintes objetivos:

- Inclusão das normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativos dos particulares na área do Parque Natural do Tejo Internacional (por força da aplicação do disposto no artº 78º da Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento e do Urbanismo).
- Inclusão das regras de classificação e qualificação previstas no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, adiante designado como RJGT (aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio), de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 199º do mesmo regime.
- Compatibilização do PDM com o novo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, por força da aplicação do disposto no artigo 2º da Portaria nº 55/2019, de 11 de fevereiro.
- Resolução de situações pontuais de incompatibilidade decorrentes de falhas ou incorreções de avaliação constantes no plano em vigor, bem como pequenas adaptações de áreas urbanas e marginais a espaços urbanos, para satisfação de atuais pretensões do Município.

Assim, no âmbito da Alteração da 1.^a Revisão do PDM de Vila Velha de Ródão, apresentou-se no presente relatório, uma adaptação da Avaliação Ambiental desenvolvida no âmbito da 1.^a Revisão do PDM, à nova versão do plano, sendo efetuada a reavaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do PDM.

Com a presente Alteração, a 1.^a Revisão do PDM continua a evidenciar medidas de atuação que procuram dar resposta às carências detetadas no município. As medidas contemplam as potencialidades regionais existentes, privilegiando e potenciando os recursos endógenos existentes no território.

O concelho de Vila Velha de Ródão apresenta-se como uma área de povoamento concentrada, mas apoiada em núcleos dispersos, na sua maioria de reduzida dimensão. Do reconhecimento do território, a delimitação dos perímetros urbanos nem sempre estava adequada às características físicas e à ocupação urbana efetiva. A delimitação proposta na Alteração da 1.^a Revisão do PDM é suportada em cartografia atualizada e integra dentro dos limites as áreas já edificadas.

O crescimento urbano dos aglomerados no concelho tem vindo a ocorrer, predominantemente, através da ocupação das áreas limítrofes e áreas de expansão e não do preenchimento da malha e recuperação do edificado no interior dos aglomerados. Atualmente a procura de parcelas mais amplas justifica uma maior pressão sobre essas áreas periféricas de expansão. Para além de promoverem o crescimento urbano difuso, constituem situações críticas suscetíveis de comprometer o solo rústico e a paisagem na envolvente próxima aos aglomerados. A delimitação proposta na Alteração da 1.ª Revisão do PDM continua a enquadrar a capacidade de crescimento de cada aglomerado, atribuindo prioridade à colmatação do tecido urbano existente, mas face à pressão urbanística verificada, ponderou a definição de novas áreas de expansão, salvaguardando os espaços sensíveis do ponto de vista ecológico ou inaptos à edificação.

Os novos perímetros urbanos foram adaptados ao novo RJIGT, de acordo com a metodologia definida e considerando a análise efetuada para cada perímetro urbano, bem como a necessidade de proceder a ajustes cartográficos dos perímetros urbano face à existência de uma nova cartografia (2019).

Face às características e objetivos estratégicos do Plano são de prever impactes positivos significativos no FCD Ordenamento e Gestão do Território, resultantes da sua implementação, nomeadamente no que respeita à criação de espaços qualificados e atrativos, equilíbrio entre espaço rural/natural e espaço urbano, criando desenvolvimento de projetos geradores de dinâmica económica e social. No caso de não serem concretizados as iniciativas previstas no Plano, é de esperar uma tendência para o povoamento desordenado e com tendência para a dispersão, com o agravamento da tendência de desqualificação do espaço urbano existente e o aumento dos riscos associados às carências em termos de espaços infraestruturados e qualificados.

Face à atual realidade territorial do concelho de VVR, a Alteração da 1.ª Revisão do PDM permite efetuar as compatibilizações e ajustes adequados entre os condicionamentos legais e o uso do solo, considerando as necessidades futuras e as perspetivas de desenvolvimento.

A Alteração da 1.ª Revisão do PDM continua a contemplar a criação de um sistema urbano policêntrico regional, suportado em subsistemas urbanos, que visa maximizar as articulações entre espaço urbano e rústico, atendendo às especificidades das unidades territoriais e respetivas unidades urbanas.

No que respeita às Acessibilidades e Mobilidade, a situação atual apresenta algumas deficiências, revelando carências ao nível da qualidade da rede viária, transportes coletivos, mobilidade em modos suaves e mobilidade condicionada, não satisfazendo as necessidades da população residente. Com a Alteração da 1.ª Revisão do PDM, continuam a prever-se impactes positivos significativos, criando sinergias concelho/regional associado a este critério.

Continuam a prever-se impactes positivos significativos no FCD Dinamização Sócio-económica, resultantes da proposta de Alteração da 1.ª Revisão do PDMVVR, mais evidentes ao nível do critério Emprego/Competitividade, nomeadamente no que respeita ao aumento e requalificação da oferta, da

dinamização social e económica, do emprego e da coesão social. Sem a implementação do plano é de esperar a manutenção da atual situação de subaproveitamento dos recursos e potencial económico destas áreas, com o agravamento da tendência de envelhecimento da população e o aumento dos riscos associados às pressões da edificação desordenada, abandono agrícola e degradação dos espaços, com os consequentes efeitos negativos na qualidade de vida das populações.

A Alteração da 1.^a Revisão do PDM propõe um ordenamento coerente de forma a salvaguardar os valores naturais em presença, acautelando eventuais pressões que possam sobre eles ser exercidos, através da criação de condições de valorização e preservação das comunidades naturais. Evidencia a oportunidade de corrigir situações conflituosas ao nível da qualidade ambiental, através da continuidade entre os espaços que compõem a Estrutura Ecológica.

No que respeita ao critério Recursos Hídricos verifica-se uma relação positiva entre este e os eixos estratégicos e objetivos específicos de desenvolvimento do Plano. A proposta de Alteração da 1.^a Revisão do PDMVVR, como instrumento de gestão do território, continua a apresentar um conjunto de linhas de orientação estratégica e objetivos que visam compatibilizar, de forma integrada, a utilização sustentável desses recursos com a respetiva proteção e valorização, consagrando a proteção do recurso água como uma prioridade.

No âmbito da Alteração da 1.^a Revisão do PDM continuam a ser contemplados mecanismos de gestão das implicações do ruído sobre a gestão do território, em conformidade com as disposições legais em vigor. Assim sendo pode assumir-se que a implementação do plano constitui uma clara oportunidade a este nível, ainda que o seu significado seja algo limitado, à luz da importância que o ruído representa atualmente enquanto fator de degradação ambiental no Concelho.

Em relação à qualidade do ar, aspeto em que, no caso vertente, a gestão do território acaba por ter menor relevo do que no caso do ruído, prevê-se que os efeitos potencialmente decorrentes da Alteração da 1.^a Revisão do PDM, ainda que tendencialmente positivos, serão pouco significativos.

A consideração dos riscos naturais e tecnológicos com incidência no concelho de Vila Velha de Rodão no âmbito da Alteração, foi feita com base em relevantes instrumentos de gestão desses riscos, identificados aquando da 1.^a Revisão do PDM, nomeadamente o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Vila Velha de Ródão (PMDFCI), e o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Vila Velha de Ródão (PMEPC).

Verifica-se, dessa forma, o cumprimento às exigências legais em matéria de gestão de riscos desta natureza e da sua inclusão nos instrumentos de gestão territorial e, em termos práticos, considera-se relevante a forma como a proposta de Alteração da 1.^a Revisão do PDM e o seu regulamento visam a prevenção e mitigação desses riscos, dentro daquilo que são as possibilidades de intervenção, direta ou indireta, compatíveis com um PDM.

Ao nível da presente avaliação ambiental estratégica considera-se, assim, que a Alteração do Plano, continua a responder aos objetivos estabelecidos para o Fator Crítico de Decisão “Riscos Naturais e Tecnológicos”, em sede de 1.ª Revisão do PDM, sem prejuízo de, na sequência da sua implementação, se adotarem as medidas e recomendações de planeamento e de monitorização preconizadas.

